

RIO 13 (ASP) — Em consequência de um colapso cardíaco faleceu, em plena rua, o jornalista Osvaldo Costa, fundador do "Seminário". O jornalista Osvaldo Costa teve seus direitos políticos cassados pela revolução.

A UNIÃO

FUNDADO POR TITO SILVA

JOAO PESSOA — Domingo, 14 de Maio de 1967

RIO 13 (ASP) — O ex-vice-presidente dos Estados Unidos, sr. Richard Nixon, concederá, esta manhã, uma entrevista coletiva à imprensa, no auditório da embaixada americana no Rio de Janeiro.

D. O. PUBLICARÁ DECRETO AMPLIANDO FAVORES FISCAIS (3.ª PÁGINA)

Costa não quer divergências com govêrno anterior

Nixon encontrou em Costa e Silva um verdadeiro líder

RIO 13 (ASP) — O ex-vice-presidente norte-americano, sr. Richard Nixon, declarou haver encontrado no presidente Costa e Silva um "líder de fato, que não só conhece os problemas em sua dimensão como de resto está perfeitamente atualizado com os problemas mundiais".

Disse, ainda, o sr. Richard Nixon que sua viagem ao Brasil está relacionada com os estudos dos novos meios de execução da ajuda da "Aliança para o Progresso", tendo recebido várias sugestões do presidente Costa e Silva.

Finalmente, o ex-vice-presidente dos Estados Unidos declarou que está equivocado o secretário geral da ONU, sr. U Thant, ao afirmar que a terceira guerra mundial já começou no Vietnã, e acrescentou que "os Estados Unidos estão no Vietnã justamente para evitar a terceira guerra mundial".

ERHADO

RIO 13 (ASP) — Conversando com os jornalistas o sr. Richard Nixon contestou a declaração do secretário geral da ONU, sr. U Thant, de que a terceira guerra mundial já foi iniciada no Vietnã, e afirmou: "Em vez de acreditar que já estamos na terceira guerra mundial, acredito que não permitir a continuação da agressão comunista no Vietnã é fazer com que não tenhamos essa terceira guerra. Este é um dos pontos sobre o qual girará a história. Se a conquista através da exportação das revoluções tivesse todo o sucesso no Vietnã, todos os países que não fossem comunista e que não tivessem enorme potencial militar estariam em grande perigo, porque a conquista através da exportação da revolução está sendo preparada no Vietnã. Portanto, as nações do mundo, inteiro que não são comunista terão maior segurança, maior esperança de paz no futuro."

O ex-vice-presidente dos Estados Unidos disse que em outras palavras isto quer dizer: "Se a agressão não tivesse sido contida no Vietnã teria sido tentada em outros países da Ásia, África e, possivelmente, até da América Latina. Este tipo de agressão em escala inevitavelmente nos teria trazido a terceira guerra mundial. De forma que eu acho que o sr. U Thant está 180 graus errado".

Projeto que delimitava as áreas do polígono das secas foi vetado

BRASÍLIA, 13 (ASP) — O presidente Costa e Silva vetou integralmente o projeto que delimitava as áreas do polígono das secas nos Estados de Pernambuco, Bahia e de Minas Gerais.

CIDADÃO DE BELÉM

BELÉM, 13 (ASP) — Já se encontra nesta Capital desde ontem o ministro do Trabalho, sr. Jarbas Passarinho, que teve apoteótica recepção. O ministro chegou debaixo de torrencial chuva, esteve logo depois em Palácio onde recebeu as honras militares e participou, ainda, dos encontros dos líderes sindicais na sede do IAPI.

Hoje, na Câmara Municipal, o sr. Jarbas Passarinho receberá o título de "Cidadão de Belém".

DESABOU

FLORIANÓPOLIS, 13 (ASP) — O planque em que o governador e as autoridades assistiam ao desfile das máquinas rodoviárias da cidade de Xapacó, desabou espetacularmente.

O governador Ivo Silveira nada sofreu além do susto; o presidente da Assembleia Legislativa, Leclâm Slovinski, sofreu escoriações na perna e o secretário Muniz Aragão, da Saúde, foi o mais atingido com ferimentos generalizados, obrigando-o a recolher-se ao leito, mas passa bem.

TRANSITO

LONDRES, 13 (A União) — Uma experiência de seis meses com um novo revestimento rodoviário antiderrapante, realizada em Londres, demonstrou que a mistura usada — resina de epóxido com aparas de bauxita calcinada (minério de alumínio tratado a quente) — pode reduzir não só o número de acidentes, mas também as despesas anuais de recapetimento.

A experiência, realizada pelo Departamento de Estradas de Rodagem da Grande Londres em um movimentado cruzamento demonstrou que os trechos tratados com a mistura estavam em perfeita condição seis meses depois, a despeito do pesado tráfego.

Novas provas serão realizadas com outros tipos de resinas, incluindo o poliéster, que será provavelmente mais econômico do que o epóxido. Escolheram as autoridades o cruzamento por a experiência por lá, mais de 70 por cento de acidentes, que resultam em ferimentos ou morte, na Grande Londres ocorrem dentro de 20 metros de cruzamentos e porque com esses dados era impossível e dispendioso com várias pequenas experiências mover toda a superfície da rua.

PAULO VI ABENÇOOU ESPANHA

CIDADE DO VATICANO, 13 (A União) — O Vaticano "abençoou" o texto da mensagem enviada pelo papa Paulo VI ao chefe de Estado da Espanha, Generalíssimo Franco, ao sobrevoar o território espanhol durante sua viagem a Fátima.

A mensagem do Sumo Pontífice diz o seguinte: "Eu, o papa Paulo VI, em nome do senhor Francisco Franco, chefe de Estado espanhol. Madrid. Ao sobrevoar o território espanhol durante a nossa viagem a Fátima, queremos dirigir a Vossa Excelência, a seu Governador e a toda a Espanha uma saudação cordial, com a qual agradecemos as demonstrações de afeto filial e expressamos nossos fervorosos votos de uma crescente prosperidade cristã para esta católica e muito amada nação, a qual imploramos a contínua ajuda de Deus, com todo o coração, como a nossa bênção. Assinado: papa Paulo VI."

ERHADO

FÁTIMA, (Portugal) 13 (A União) — O papa Paulo VI chegou ao aeroporto de Monte Real, nas proximidades de Fátima, às 11h30, hora brasileira.

O Sumo Pontífice realizou a viagem de Roma a Portugal em um jato comercial. Em Monte Real, o Santo Padre foi recebido pelo presidente Américo Thomaz e por altas autoridades portuguesas.

LUCIANO ACUSOU DELEGADO: SEDUÇÃO

FORTALEZA, 13 (A União) — O delegado do município de Camocim, capitão da Polícia Militar corbeado por todos por Oliveira, foi denunciado à Assembleia Legislativa pelo deputado Luciano Magalhães, como responsável por mais de trinta casos de sedução. O deputado revelou que soube dos crimes por intermédio das vítimas.

Segundo os informantes, o delegado escondeu suas vítimas entre as misérrimas pobres da cidade, quase sempre menor de idade. O dom Juan terá sua vida progressiva investigada pelo governador Flávio Castelo.

INCIDENTE

RECIFE, 13 (ASP) — Passa bem o estudante Carlos Eduardo da União, vítima rural, ferido há dois meses, no momento em que os alunos iam participar de uma passeata de protesto. Carlos Eduardo foi ferido em plena via de acesso à presença do professor, depois de discutir com o colega Tendório sobre a greve, discordando da orientação dada ao problema.

O estudante Emerson não continua regularmente a frequentar o curso de Direito, devido ao envenenamento do membro do direito.



"Surf" é coqueluche

Na foto, um grupo de "surfistas" é visto nas ondas havaianas, na praia de Waikiki. O "surf", esporte que foi introduzido nos Estados Unidos há 50 anos, mas só agora vem crescer a sua popularidade. (Foto USIS).

São Paulo será Capital Federal por cinco dias

BRASÍLIA, 13 (ASP) — O presidente Costa e Silva seguiu esta manhã de Brasília para São Paulo, que por cinco dias, a partir de hoje, será Capital do País.

Hoje, o chefe da Nação terá o dia livre e amanhã assistirá à disputa do grande prêmio São Paulo, Segunda-feira o presidente despachará normalmente.

Um poderoso esquema, composto de 700 homens da Guarda Civil de São Paulo, 40 do DOPS, além dos elementos do Serviço Secreto do Exército do DFSP, foi montado para a segurança do presidente da República.

DESEMBARQUE

SAO PAULO, 13 (ASP) — O presidente Costa e Silva desembarcará hoje, no aeroporto de Congonhas, para instalar o governo durante 5 dias em São Paulo.

O chefe da Nação será recebido pelo governador Abreu Sodré, comandante

recepção pelo governador Abreu Sodré, prefeito em exercício, secretários estaduais e municipais e representantes de entidades de classe.

A chegada do chefe da Nação à Capital paulista deve-se ao fato de ser o talado, hoje, nesta cidade, o governo federal, por um espaço de 5 dias.

OBSERVAÇÃO

RECIFE, 13 (ASP) — Chegou amanhã a esta capital uma comissão de dezesseis parlamentares da Câmara Federal, a fim de observar "in loco" a situação decorrente das últimas inundações no interior do Estado.

RECEPCÃO

SAO PAULO, 13 (ASP) — Acompanhado dos chefes das Casas Civil e Militar, da Presidência da República, deputado Rodon Pacheco e general Jaime Portela, respectivamente, chegou esta manhã a esta Capital o presidente Costa e Silva, senão na oportunidade recebido pelo governador Abreu Sodré, comandante

Farmácia de plantão

HOJE — SANTA TEREZINHA Praça 1517

ENTREVISTA

RIO 13 (ASP) — Informa-se que o presidente Costa e Silva recomendou a seus ministros que evitem fazer pronunciamentos capazes de aprofundar as divergências ou estabelecer polémicas com os membros do Governo anterior. "Boca fechada não entra mosca", recomendou o presidente.

PEREGRINAÇÃO

BRASÍLIA, 13 (ASP) — O presidente Costa e Silva telefonou ao papa Paulo VI, apresentando ao chefe da Igreja os melhores votos de boa viagem. Também o presidente autorizou que sejam dispensados de ponto por trinta dias, os funcionários públicos federais que participarem da peregrinação a Europa.

Os estudantes guelmar uma bandeira norte-americana em frente ao consulado dos Estados Unidos. Mesmo quando a polícia escutava a repressão os estudantes conseguiram furar o cerco e, enquanto um grupo refugiou-se na catedral, a maior parte realizava comícios relâmpagos em outros pontos do centro da cidade.

O reitor da Universidade de Porto Alegre, Fonseca Milano, viajou para o Rio a fim de entrevistar o ministro da Educação.

RECIFE, 13 (ASP) — O estudante, em greve, identificado como Emerson Tendório feriu gravemente 4 tiros seu colega Carlos Eduardo, que recusara participar do movimento pela reabertura do reestabelecimento das atividades do Pernambuco. O incidente ocorreu durante a manifestação estudantil de Recife.

Oficial cubano foi morto pelo exército venezuelano

CARACAS, 13 (A União) — Revelou-se que fogos do exército venezuelano mataram um oficial cubano e capturaram dois militares dessa nacionalidade que haviam entrado clandestinamente no país. Os militares cubanos vinham dirigindo um movimento de guerrilhas na Venezuela.

DIVULGADAS

PASSADENA, (Califórnia) 13 (A União) — Foram divulgadas as primeiras fotografias tomadas pelo "lunar orbiter quatro". Os fotos mostram o polo sul da lua, focalizado a curta distância.

Policiais e estudantes brigaram na Catedral

PORTO ALEGRE, 13 (ASP) — Diversos estudantes saíram feridos e mais de dez foram presos, ao noitecer de ontem, quando soldados da Brigada Militar e tropas de choque da Polícia Civil invadiram a Catedral metropolitana. O conflito dentro da catedral ocorreu exatamente quando começava a ser celebrada a missa das 18 horas. No meio da confusão, com os policiais agredindo a qualquer pessoa que lhes surtisse na frente, muitos bancos foram destruídos e muitas senhoras desfilaram. O espancamento foi comandado pelo superintendente dos serviços policiais, coronel José Américo Leal.

Um estudante morreu com profundo corte na garganta, após ser atropelado com um porrete. Também dois outros estão internados no hospital local com ferimentos graves. Nos primeiros minutos de ontem os estudantes Valter Manoel Cabral, Jair Barbosa Vulto e Jerônimo Alves Chaves, entraram em luta corporal com Aquiles Floresta, vulgo "Chico Floresta" e Amorim Norberto, motorista rural em Minas.

diguidos com as cenas de barbarismo registradas, ontem de madrugada, quando dos três cores foram atacados duas vezes por membros da família Floresta, rancada na Zona da Mata.

Um estudante morreu com profundo corte na garganta, após ser atropelado com um porrete. Também dois outros estão internados no hospital local com ferimentos graves. Nos primeiros minutos de ontem os estudantes Valter Manoel Cabral, Jair Barbosa Vulto e Jerônimo Alves Chaves, entraram em luta corporal com Aquiles Floresta, vulgo "Chico Floresta" e Amorim Norberto, motorista rural em Minas.

CHACINA

Vários motoristas dirigiram-se amedrontados para o local onde ocorreram as

agressões, armados de navalhas e porretes, quando foi iniciada a chacina dos estudantes.

O primeiro que morreu foi Valter Manoel Cabral, de 25 anos, quartanista de aeronáutica, cercado a navalhas. Os motoristas ainda feriram: Balsa Zulu e Jerônimo Alves Chaves. Populares chamaram a polícia que alegando a falta de condução só chegou ao local duas horas depois.

Enquanto isso os estudantes organizaram pelotões a fim de caçar os criminosos que fugiram para Teixeira, localidade próxima a Vicososa.

Informa-se que a Universidade Rural de Vicososa, Minas, encontra-se de luta e o reitor suspendeu as aulas. O corpo de estudante trucidado foi removido para Ianameri, Goiás, onde residem os seus pais.

PROFICACIONAL

Pediatras

CLÍNICA INFANTIL MELLO LULA
 DR. J. WEBER DE MELO LULA
 Consultório: Rua Artur Aquiles, 87
 (Quilômetro do Pronto Socorro)
 Residência: R. Odon Bezerra, 334
 Tambiá — João Pessoa — Paraíba

DR. FRANCISCO PETRUCCI
 CRM 439 — Clínica de Crianças — 2o andar — Pronto Socorro
 Atendimento: Praça 1817, N. 111
 Infantil — Residência: Av. Corebas 983 — João Pessoa — Paraíba

DR. JARBAS MARIBONDO
 VINAGRE

CRM 53 — Pediatría e Puericultura
 Consultório: Rua Visconde de Pelotas, 178 — 1o andar
 Consultas: Das 16.00 às 18.00 horas
 Residência: Av. Presidente Roosevelt 195 — Expedicionários

Cardiologistas

PROF. ANTONIO DIAS DOS SANTOS
 Clínica Médico-Cardiológica — Eletrocardiografia
 Consultório: Praça 1817 — 5º andar
 Horário: das 15 às 18 hrs. — Fone: 1292 — Residência: Rua Odon Bezerra, 94 — CRM

DR. VANILDO PESSOA
 Doenças do Coração — Eletrocardiografia — Raio X — Consultório: Praça 1817 N. 55 — 5º andar — Consultas de 10 às 12 horas — Residência: Av. Epitácio Pessoa 879 — Fone 2696

Analistas
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
 Dr. Remilson Honorato Pereira
 Dra. M. Valéria Guerra Romero
 professores da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal da Paraíba
 Rua Duque de Caxias, 591 — 2o andar-sala 206

DR. GILDÁSIO COSTA
 Professor da Escola de Enfermagem Santa Emília de Rodas
 Laboratório de Análise do Pronto Socorro — Residência: Depoente Luiz Clementino, 88 — Tambiá

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
 VITAL BRASIL

Hematologia — Bioquímica de Sangue — Exames Coprológicos — Urológicos
 Direção: Dr. Nivalson P. de Miranda
 Dra. Maria do Socorro P. Torre
 End. Visc. Pelotas, 143 — 1o andar — Fone: 2383 — Edifício ASPEP — João Pessoa — Paraíba

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
 DO

Dr. Valdesino Guedes de Andrade
 CRP — 0001
 Prof. Catedrático da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal da Paraíba — Analista credenciado do IN.P.S. — Análises completas de Sangue, Urina, Fezes, Provas Funcionais, Teste de Galli Mainini etc. — Horário: de 2a ao sábado das 6.30 às 18.00 horas
 Atendimento a domicílio e hospitais.
 Laboratório: Praça João Pessoa, 11 1o andar — Fone: 5016
 Residência: Av. Frei Afonso, 88 — Jaguaribe — João Pessoa — Paraíba

Tisiologistas

DR. GENIVAL VELOSO DE FRANÇA
 CRM — 309 — Doenças do Tórax — Cirurgia
 Consultório: Ed. Vitória — Sala 209 — Consultas: De 10 às 12 horas
 Residência: Avenida Pará, 136 — Bairro dos Estados

DR. MARCOS PEDRO
 Doenças do Aparelho Respiratório — Tuberculose — Asma — Bronquite — Fibrrose — Aterosclerose
 Consultório: Duque de Caxias, 165 3o Andar — Diariamente às 16 hrs.

Ginecologistas

DR. DELOSMAR MENDONÇA
 Assistente da Cadeira de Clínica — Obstétrica da Faculdade de Medicina da Universidade da Paraíba
 Consult.: Praça João Pessoa, 111 1o andar

Doenças das Senhoras — Partos — Cirurgia — Eletrocoagulação — Ondas Curtas — Prevenção do Câncer Ginecológico
 Horário: 3a, 4a e 5a. feira de 16 às 19 horas — Endereço: R. Alberto de Brito N. 346 — Jaguaribe — Fone: 2643

Dra. TEREZA MENDONÇA
 Doenças das Senhoras — Cirurgia — Eletrocoagulação — Ondas Curtas — Prevenção do Câncer Ginecológico — Colpocitologia — Colposcopia — Esterilidade Conjugal
 Consult.: Praça João Pessoa, 111 1o andar
 Horário: 2a, 4a e 6a. feira de 14 às 18 horas — Endereço: R. Alberto de Brito N. 346 — Jaguaribe — Fone: 2643

Dra. DALVA MACHADO
 Ginecologista — Doenças das Senhoras
 Consultório: Duque de Caxias, 540 1º andar
 Residência: Av. Expedicionários, 88 — Telefone: 2225

DR. JOSÉ NABOR DE ESSID
 CRM — 11 — Cirurgia Geral — Doenças das Senhoras
 Consultório: Praça Vidal de Negreiros — 63 — 1º andar (salas 104 e 105) Edifício das Nações Unidas
 Residência: Avenida Cotemias, 478 — Telefone 4180

Oculistas

DR. ALBERTO WANDERLEY
 — OCULISTA —
 Consultório: Rua Duque de Caxias 331 — (1o. andar) Telefone 2442
 Residência: R. Manoel Gualberto, 35 (Mirama) telefone 2888

CLÍNICAS DE REUMATISMOS
 Dr. Silvino Chaves Neto
 Praça 1817 N. 68 (Têxteo) — Consultas das 15 às 19 horas — HORA MARCADA
 Psicoterapia — Nos dois expedientes
 Residência: Av. Pedro II, 1130

DR. JOSÉ EYMARD MORAES DE MEDEIROS
 CLÍNICA GASTROENTEROLÓGICA
 e da Nutrição
 Gastro — Acidorrâmia — Tubagem Duodenal — Citologia Foliculativa — Biópsia — Gastro Esófagica
 Consultório: Rua Conselheiro Henriques, 159 — 1º andar — Praça Dom Adauto
 Residência: Praça Antonio Pessoa, 88 João Pessoa-Pb

ROTEIRO GENTE & NOTÍCIAS

ASSASSINO DE ENCOMENDA com Rod Taylor — Alcin Tamirolf. As 14h30m — 16h30m — 18h30m — 20h30m. Censura: 14 anos. (MUNICIPAL).

ESTES HOMENS MARAVILHOSOS COM SUAS MÁQUINAS VOADORAS com Alberto Sordi — Stuart Whitman — Sarah Miles — Irina Demick. As 15h30m — 18hs — 20h30m. Censura: Livre (PLAZA).

Em matinal — às 9h30m — OS REIS DO RIO com Charlie Chaplin. Censura: Livre.

URSUS NA TERRA DO FOGO com Ed Fury. As 14h30m — 16h30m — 18h30m — 20h30m. Censura: Livre. (REX).

FLYNT CONTRA O GÊNIO DO MAL com James Coburn. A partir das 14h30m. Censura: 10 anos. (BRASIL).

SPTE CONTRA ROMA com Gordon Mitchell. As 16hs — 20hs. Censura: Livre. (SANTO ANTONIO).

SHENANDOAH: PARAÍSO SUSPENSO com James Stewart. As 20h15m. Censura: 10 anos. (BELA VISIA).

SPTE CONTRA ROMA com Gordon Mitchell. As 20hs. Censura: Livre. (FELIPE'A).

O HEROÍ DA BABILÔNIA com Gordon Scott. As 20hs. Censura: Livre. (METRO-POLE).

O HEROÍ DA BABILÔNIA com Gordon Scott. As 20hs. Censura: Livre. (TORRE).

OS INVENÇÁVEIS IRMÃOS MAGISTE com Richard Loyd — Gláucio Lange. As 20hs. Censura: Livre. (CLO'RIA).

Televisão

CANAL 2

12h30m — Abertura
 12h40m — Futebol na TV
 14h25m — Jôias da Tela
 15hs — Jambo & Ruivão
 15h20m — Bossa 2
 17hs — Hora do Coquetel
 18hs — Show em Si... Monal
 19h05m — Pioneiros do Ar
 19h35m — Bola na Rede
 19h50m — Astros do Disco
 22h25m — Noite de Estrélas
 20h45m — Domingo de Gala
 24hs — Encerramento.

CANAL 6

11h45m — Padrão
 11h55m — Abertura-Sequência
 12hs — O Santo Sacrifício da Missa
 12h30m — Fátima: Alter do Mundo
 12h35m — Futebol na TV
 14h15m — Tele Turismo
 14h40m — Festival do Cinema Brasileiro
 16h40m — Za Colmeia
 17h10m — Fireball
 17h45m — Encontro com as Miss
 19h25m — Pioneiros do Ar
 19h45m — Noite de Estrélas
 19h55m — Bonanza
 20h55m — Sua Majestade o Show
 00h00m — Sequência-Encerramento.

PREFIRAM

Sabão Tambaú
 é nosso e se é nosso é melhor
 Vendas Saboaria Paraíba Visc. de Inhaúna, 122 — Fone, 2574 Mercado Central — Apartamento 66 — Fone, 2546

Maria da OLIVEIRA



Maria da Penha

Em pôse especial para esta coluna vemos a simpática moça Maria da Penha Fabião de Araújo, candidata da Associação dos Subtenentes e Sargentos do Exército (A S S E X) no Concurso "Miss Paraíba" (Foto de Aguiinaldo Estrêla).

DIA DAS MÃES

"Considerando que um dos sentimentos que mais distinguem a espécie humana é o da ternura, respeito e veneração que evoca o amor materno; considerando que o Estado não pode ignorar as legítimas imposições da consciência coletiva, e embora não intervenha na sua expansão, é do seu dever conhecê-las e prestar o seu apoio moral a toda obra que tenha por fim cultivar os sentimentos que lhes imprimem fôca efetiva da cultura e de aperfeiçoamento humano. Decreto: Artigo 1o. — O segundo domingo de maio é consagrado às mães, em comemoração aos sentimentos e virtudes que o amor materno concorre para despertar e desenvolver no sentido da bondade e solidariedade."

Este foi um trecho de "considerações" em decreto n. 11.386, de 5 de maio de 1933, do Governo Provisório do Brasil, que atendendo solicitação do II Congresso Internacional Feminista, promulgou-o.
 A moção ao Governo, assinada pela Sra. Alice de Tolde Tibiriçá, estava assim redigida: "As mulheres do Brasil, reunidas por um alto ideal de contrariedade feminina, para trabalhar pelo progresso do País, sentindo-se fortes na educação recebida, para obter a realização de seus ideais, desejam homenagear as mães brasileiras — o maior fator do nosso aperfeiçoamento moral — dirigindo-se ao chefe do Governo Provisório por esta moção, pedem-lhe a oficialização do "Dia das Mães", no segundo domingo de maio".
 E assim há trinta e cinco anos, criava-se oficialmente o "Dia das Mães" comemorado hoje em todos os lares do Brasil, do mais rico ao mais humilde. Dentro desta sentença de amor veio então uma emulação que são o símbolo do amor, da bondade, e da pureza.
 — SAÍMOS MÃES QUERIDAS!

DOMINGUEIRA

O Clube dos Oficiais do 1o. Grupo, de Engenharia, promove hoje, mais uma das suas concorridas dominicais, sob o patrocínio dos "assustados", com participação da "juvem guarda" pos-scense.
 Para as danças tocará um conjunto de 16 músicos e a entrada dos rapazes e moças no Clube, se fará mediante a apresentação da proposta de socio-quantador — distribuído há 15 dias passados — e ao pagamento de uma módica taxa.
 NUPCIAL
 Realizar-se-á no dia 11 do corrente, às 11 horas, na Catedral Metropolitana, o casamento de nossa colega, Sra. Sílvia de Souza, filha do Sr. Ildefonso...

Sra. Beatriz Marinho de A. Cavalcanti e Marcos Honor. filho do Sr. José Marcelino de Oliveira e Sra. José Lima M. de Oliveira.
 Após a benção nupcial, os noivos se dirigiram a sede do A.A.B.B. onde receberam os cumprimentos.

MARTHA INFORMA
 POSSO informar com satisfação que um grupo de senhoras de nossa sociedade, achava-se no Rio de Janeiro, em uma reunião encunadora de muita inteligência // em breve, ao me me disseram a nova cidade // contar com um Museu de Arte Sacra, antiga // PARA breve teremos em João Pessoa, uma elegante "casa de autómatos" com a escola e simpática contaria para amarrar. Para Maria Guerra, por ocasião do lançamento do seu livro "Poemas da entre Faces", cujo sucesso de livreria no Vespertino Brasileiro, vem sendo dos melhores // A DISTINTA Senhora Ratinha Zanone, porta-voz de nossa melhor inteligência, também serão elogiada pela crítica // A oficial destas plenas. Vai aqui também, as minhas homenagens a tão querida Senhora // DINA LOUPES ROCHA do Estado, primeira dama do Estado, continua trabalhando doativamente em prol das mais necessitadas, indo, pessoalmente, todas as semanas, aos bairros pobres de nossa Capital // E uma moçada de nossas senhoras está // BRONHINHO encantador que sempre a brilhar com muita inteligência em nossas festas é sem dúvida a Carlota Henriques, Paraíba // SOLANGE uma o notável conjunto de BEBE "Os Quatro Lances" que sempre corre para se estabelecer capital alagoana. São merecedoras, pois estão tocando "fino" // A CANTORA Mirella Mathiel, estrelado com sua primeira gravação, vem sendo sucesso. Já gostei ouvindo cantando "Neon Crede" e "Valeu Homem Une Femme" // VIRGÍNIA Veloso Borges continua sendo uma das nossas mais notáveis de nossa cidade // PARABENS ao Galvão Branco pelo lançamento de seu livro em bonita festa com Eddie Mandarino, da sua capital, e de nosso "Miss Paraíba" // E a escultora Solange de Fozes // HOJE, "Miss das Mães", e de a minha homenagem a todas as mães parciais.

O PODER DO DIÁLOGO

O QUE mais se fez durante 10 dias de campanha política de 1967 foi fazer para incomodarmos o candidato da época, governador de hoje, com o utilitarismo. Na principal cidade do Estado, a capital, concentrou-se a grande massa de burocratas, acompanhados na quase totalidade de suas famílias. Sendo, igualmente, um colégio eleitoral maciço, que funciona como caixa de ressonância para toda parte em nosso território, as tendências aqui investigadas, ou mesmo comprovadas, serviram como argumento poderoso para a fora. Havia a esperança — "a última que morre" — de a propaganda dar certo. Mas daquela vez a esperança morreu, quando as urnas foram abertas.

AINDA se continuou a insistir na tecla da intriga, mas o governador não deu atenção a essas filigranas e, na medida em que os fatos iam surgindo, buscava soluções equívocas para cada um.

POR essa razão, têm os ainda incomodados com a solução que o povo deu ao problema político de 1967, de vir virando folha por folha do livro, em busca de assunto novo embora saiam de todas as arremetidas com a marca da derrota.

AS finanças paraibanas sofriram crise aguda no começo de 1966, por causa da queda de preço

dos produtos exportáveis e outras baixas nas commodities do mercado. De modo que não foi possível manter de pronto a alguns casos, ou o pagamento do novo universitário, embora fosse desincumbido o assento da administração em pagar bem aos professores que a eles ajudaram, educando a juventude. Mas, veio a formulação da luta e dentro de dois meses o universitário estava sendo pago integralmente. Apesar da crua realidade que vivemos, o poder público amenuizou a situação de milhares de servidores, concedendo um abono provisório com vigor a partir de janeiro. Um secretário do Estado acha-se no sul, para apressar a liberação de verbas que atenderão à reivindicação do professorado primário.

NUNCA se esquivando ao debate, o governador recebe a todos e ao mostrar a face verdadeira das coisas esvazia quaisquer crises cujas perspectivas, emprega a arma de perspectiva. Por mais que se lutou, a realidade do diálogo, fala com clareza e vai fazendo com que os interesses em incompatibilizados tenham de ir passando mais páginas. E vai chegar ao final cansado diante de tantos insucessos consecutivos.

Professor alemão diz que Nordeste já tem noção definida em seu país

Decreto que amplia favores fiscais vai ser publicado no "Diário Oficial" de hoje

O Diário Oficial que circulará amanhã publicará o decreto do governador João Agripino ampliando favores fiscais concedidos pelo decreto 4339, de 3 de maio do corrente, e que trouxe a solução da crise que irrompeu esta semana no comércio de Campina Grande.

O decreto, entregue ontem à diretoria da Associação Comercial de Campina Grande para ser submetido à apreciação dos seus associados, foi bem aceito pelos comerciantes campinenses, que comunicaram sua decisão ao secretário das Finanças.

O TEXTO

É o seguinte o texto integral do decreto:

"Decreto n. 4334, de 12 de maio de 1967 — Amplia os favores fiscais concedidos pelo decreto n. 4339, de 3 de maio de 1967.

O governador do Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 54, inciso II, da Constituição do Estado, e o artigo 14 da Lei n. 49, de 10 de dezembro de 1947, e

Considerando o apelo feito ao Governo pelas classes conservadoras deste Estado, no sentido de estender os favores concedidos pelo decreto n. 4339, de 3 de maio de 1967, aos processos fiscais iniciados ou instaurados durante o período de 7 a 31 de maio de 1967, DECRETA:

Art. 1.º — Nos processos fiscais iniciados ou instaurados durante o período de 7 a 31 de maio de 1967, para apurar infrações à legislação do imposto sobre circulação de mercadorias, cometidas até à data do decreto n. 4339, é concedida redução de 85% (oitenta e cinco por cento) do valor da multa, no caso de notificação, e de 77,5% (setenta e sete e meio por cento), no de auto de infração, desde que o recolhimento seja efetuado, respectivamente, no prazo previsto para sua realização, ou no prazo legal, para apresentação de defesa.

Art. 2.º — A redução a que se refere este artigo substituída a prevista no artigo 58 e seu parágrafo único da Lei n. 3454, de 31 de dezembro de 1966.

Art. 3.º — O disposto neste artigo não afetará a participação dos notificados ou autuantes, que será atribuída nas bases normais, com a redução fosse a prevista no artigo 58 e seu parágrafo único da Lei n. 3454.

Art. 4.º — Em substituição à redução concedida no artigo anterior, poderá o devedor optar pelo sistema de recolhimento previsto no parágrafo único do artigo 10, do decreto n. 4339, de 6 de maio de 1967.

Art. 5.º — Para os efeitos de utilização do benefício previsto no artigo 2.º, do decreto n. 4339, de 6 de maio de 1967, poderá o contribuinte, até o dia 15 deste mês, inclusive, confessar ser devedor ao Estado pedindo prazo para pagar o valor da dívida.

Art. 6.º — O prazo a que se refere este artigo será fixado, em cada caso, pelo chefe da repartição arrecadadora local, tendo em vista o ramo de negócio do estabelecimento.

Art. 7.º — O disposto neste artigo aplicase, inclusive, aos casos em que o agente de fisco compareça no estabelecimento, para iniciar fiscalização, devendo, nesta hipótese, o requerimento ser entregue ao próprio fiscal, contra recibo.

Art. 8.º — Fica prorrogado para 30 de junho de 1967 o prazo a que se refere o artigo 2.º, do decreto n. 4339, de 6 de maio de 1967.

Art. 9.º — Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 12 de maio de 1967; ano 790, da Proclamação da República.

JOÃO AGRIPINO
Otacílio Silva da Silveira

João Pessoa sempre se destacou como sendo uma das metrópoles brasileiras onde prima a ordem e o respeito às famílias.

João Pessoa sempre se destacou como sendo uma das metrópoles brasileiras onde prima a ordem e o respeito às famílias. Notadamente no centro comercial da cidade, onde senhoras e moças podiam transitar despreocupadamente, sem o mínimo receio de serem por parte dos "rapazinhos" que costumam inquietar tranquilas com gestos ou atitudes condenáveis numa cidade civilizada.

TRANQUILIDADE

Aos poucos, a nossa cidade vem perdendo a sua tão decantada tranquilidade, quando rapazes de meia idade, os conhecidos "filhinhos do papai", postam-se nos principais pontos de acesso ao comércio, e em grupos promovem uma verdadeira senvergonhe, num atentado aos bons costumes e ordem social.

O problema vem se agravando, dia a dia, com tendência a criar uma situação de ordem pública. Ainda ontem, por volta das 16 horas, quando se torna maior a afiluação de senhoras e moças nos principais pontos do novo comércio, uma turma desses anônimos fez "ponto" na esquina da Casa Cruz, em pleno Posto de Cem Réis, num verdadeiro desrespeito às nossas famílias, numa moleza que chegou ao limite, proferindo, inclusive, palavras de baixo calão.

Diante do problema, espera-se uma atuação enérgica por parte do policiamento, proporcionando assim, livre trânsito às famílias que demandam no nosso comércio, sem sofrerem os vexames por que ora passam.

João Pessoa comemora hoje o "Dia das Mães"

Associando-se às solenidades comemorativas do "Dia das Mães", que hoje se celebra, o Movimento Familiar Cristão organizou um programa alusivo à data, com início previsto para às 8 horas, na Escola Industrial Federal da Paraíba.

No intuito de oferecer maior brilho ao solenidade, o MFC dirigiu convites a autoridades, representações de classe, à imprensa e demais órgãos representativos.

Para as comemorações, a comissão organizadora contará com a presença de "aquele de Nain", casais e turmas da nossa sociedade. Elaborou o seguinte programa: 8 horas, abertura do programa com o hino da igreja do Rosário, Frei Carlos; às 8h30, saudação às mães paraibanas pelo professor Hapuz; 9h30, Pátrio Tarjato, diretor da FIC; às 10h30, programa de arte, com a apresentação do grupo vocal da proleção Lúcia Simões, se seguindo um recital do poeta Aldemar da Costa Pezzerino e uma representação teatral a cargo dos criados filiais de casais de "Movimento Familiar Cristão", após o qual o Sr. e Sr.ª.º, apresentando Carmo Carthy Milhões, namorado de uma palastra, cargo de um sacerdotado seguiu para a hora recreativa, onde a turma a distribuição de mais de 100 presentes às mães presentes, mediante sorteio.

Concluído na 7ª página

FESTA NOS LARES

Não tivesse um dia do ano sido consagrado universalmente às homenagens de cada família que se formou sob as bênçãos do amor ao seu anjo da guarda, e as expansões de afeto, as demonstrações de respeito, as ternas provas de carinho e as irresistíveis atrações que sentem os filhos pelas mães não teriam sofrido solução de continuidade. Porque o enternecimento filial é infinito, a veneração dos que nasceram por quem lhes deu a vida não acabará nunca. Serão sentimentos eternos, indestrutíveis, permanentes no tempo e no espaço. Viverão com o mundo enquanto o mundo viver. Na sucessão ininterrupta das gerações. E mesmo depois de mortas, trocando a existência terrena pelas misteriosas ascensões aos páramos celestiais, para os justos prêmios de uma confraternização com a Mãe Suprema, as mães continuam a viver, a serem lembradas, insubstituíveis que são e serão sempre, como rainhas dos lares e presença irrearrível nos corações dos filhos. Mas, se lhes foi dedicado um dia, a data de hoje, nada mais certo e mais compreensível que o aceticemos com o a efeméride mais conforme, mais justa, mais digna de louvores que se há convencionado. E que a envolvamos com festas, abraços, belos, flores, orações, músicas, canções e poemas, para exaltar a presença eterna da mãe grande companheira que temos, ou memorar, com as saudades que perduram, a grande amiga que se foi. Pois, todas as homenagens e todos os presentes serão poucos para testemunhar-lhe, à mãe viva ou à mãe desaparecida, mais branca, sinbázhina, mi-preti-benedita, mãe amarela, indígena ou mãe viçosa, mãe que é a mãe mais apereada, mãe do mundo inteiro que neste momento, a toda mãe, velha como a dinádhia, moça e bela como uma madona de Rafael, desfigurada pela idade ou estuante de graça e formosa na plenitude da mocidade, rica ou pobre, inválida ou em plena atividade doméstica, a todas elas, sem exceção, a imensa gratidão nossa, dos filhos pequeninos ou crescidos, meninos de cuícos ou de barbas brancas, o nosso reconhecimento sem limites pelo seu inesgotável amor e por sua dedicação incomensurável. Os que aqui trabalham e lutam, por uma família mais estável e acolhedora, por uma sociedade mais atraente e equânime por uma nação mais próspera e feliz, todos nós, que temos mães guiando-nos os passos nos recessos dos lares hoje em festa, ou inspirando-nos a trilhar os caminhos da decência, da bondade e da honra, dos recintos sagrados onde agora se encontram dormindo o sono das santas, associamo-nos às manifestações que se tributam às mães paraibanas, às mães brasileiras, a todas as mães de todos os recantos do mundo.

DÚVIDAS

O decreto presidencial de 14 de abril último, que modificou o regime do inquilinato, está — mais uma vez — a suscitar dúvidas nos meios jurídicos do País.

A primeira, da sua constitucionalidade, está prestes a ser resolvida, com o referendo do Congresso. Depois desse referendo — não irá se discutir mais, se o presidente da República pode ou não, emitir decretos sobre inquilinato, de vez que a Constituição limita seus poderes a respeito, concedendo, apenas, no que diz respeito à segurança nacional e financeira.

Agora, está se tratando da questão dos percentuais do aumento nos alugueis, a serem utilizados. Há quem acuse o ministério do Planejamento de ter carregado de tantas vantagens, em favor dos proprietários, citando-se como

Estudantes agradecem ao governador

Tendo em vista o recente conteúdo firmado entre a Secretaria de Educação e Cultura e o Conselho Docimário de Esperança, o governador João Agripino recebeu, ontem do presidente do Centro Estudantil Esperança, uma mensagem de agradecimento, que abastou transcrevermos:

"Tomamos conhecimento do conteúdo realizado Secretaria de Educação e Cultura, Docimário de Esperança. Toda cidade está radiante pelo acontecimento que marcou época na vida cultural dos nossos estudantes. Sempre estiveram confiantes no Governo de Vossa Excelência, dada a formação de homens sensíveis aos nossos problemas do nosso Estado.

O Centro Estudantil nossa terra sempre se deveu de lerar a Vossa Excelência, com alegria e o nosso agradecimento profundo, refletido pelo evento. Respeitosas saudações, Edmilson Lacerda, presidente.

Escola Industrial recebe máquinas

Procedentes de São Paulo, a Escola Industrial Federal da Paraíba acaba de receber dois conjuntos de máquinas elétricas síncronas e assíncronas, com nove e modernos dispositivos para testes e experimentos no valor de dez milhões de cruzeiros, através de recursos adquiridos por aquela entidade em benefício de ensino.

Os conjuntos de marca "Ame" (São Paulo), de fabricação do laboratório de máquinas elétricas do Centro de Eletrotécnica da ELETIP e já vêm sendo instalados no setor respectivo, sob a supervisão do professor Antônio Guilherme da Silva, coordenador dos Cursos Técnicos da Escola Industrial, a partir do segundo semestre letivo no mencionado conjunto de máquinas já poderão ser utilizados no ensino de suas disciplinas e que, sem dúvida alguma, maiores estímulos proporcionarão aos alunos do Curso de Eletrotécnica da EITIP.

Heronides Coelho no IHGP

O médico Heronides Coelho Filho será empossado na primeira quinta-feira como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. A solenidade terá lugar na sede da entidade, à rua Barão do Alibi nº 64, às 20h.

Profissional de largo conhecimento em assuntos científicos, o médico Heronides Coelho Filho é também dedicado às pesquisas históricas tendo sido, a respeito, responsável trabalhos e mantido colaboração nos jornais desta capital.

A sua posse no IHGP deverá ser comemorada, além dos associados do sodalício, médicos, professores universitários, intelectuais e jornalistas.

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos: bacharel Nicodemus Lopes Ferreira, chefe do Departamento Administrativo da CELPE, engenheiro Walter Santos de Lima e Silva, diretor da SAELPA, e engenheiro Francisco Bastos Cavalcanti, diretor da CENORTE. Suplentes: contadores Valter Gomes de Matos, Cláudio Vilhena de Andrade e Juvancir Torres, os dois primeiros da CELPE e o terceiro do Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco.

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente, general Octaviano Massa; representante da Sociedade Anônima de Eletrofiação da Paraíba (SAELPA), Mempro, engenheiro José Filho do Marques de Almeida, representante da Companhia de Eletrofiação de Pernambuco (CEPE), em pernheiro Rômulo Galvão, representante da Companhia de Serviços Gerais do Rio Grande do Norte (CUSERNE); bacharel Waldir Xavier de Lima, representante da Companhia de Eletrofiação Centro-Norte do Ceará (CENORTE); bacharel Osvaldo Simões Braga, representante da Companhia de Eletrofiação de Alagoas (CEAL).

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente, general Octaviano Massa, representante da Sociedade Anônima de Eletrofiação da Paraíba (SAELPA). Mempro, engenheiro José Filho do Marques de Almeida, representante da Companhia de Eletrofiação de Pernambuco (CEPE); em pernheiro Rômulo Galvão, representante da Companhia de Serviços Gerais do Rio Grande do Norte (CUSERNE); bacharel Waldir Xavier de Lima, representante da Companhia de Eletrofiação Centro-Norte do Ceará (CENORTE); bacharel Osvaldo Simões Braga, representante da Companhia de Eletrofiação de Alagoas (CEAL).

Hoje não tem página de Cinema

Por motivo da publicação do texto integral da nova Constituição do Estado, não há hoje página de cinema.

Hoje não tem página de Cinema

Por motivo da publicação do texto integral da nova Constituição do Estado, não há hoje página de cinema.

IMPACTO EMOCIONAL

O professor Hermann Goergen referiu-se ao impacto emocional profundo que lhe causou a sanção feita por seu velho amigo, o paraibano Antônio Botto de Mendonça, em sua visita, baseado em documentos originais, de um relato de sua primeira presença no Brasil, quando chegou como refugiado do nazismo há terras brasileiras, tendo sido acolhido e defendido de uma crise de grandes proporções por esse seu eminente amigo.

O ENSINO E A ARTE

O professor Goergen fez referências elogiosas aos métodos de ensino das suas organizações artísticas, declarando textualmente:

"Encantou-me pelas atividades de pesquisas e ensino, planos arrojados

AEDENE fundada no Recife tem general Massa na presidência

Foi fundada no Recife a Associação de Empresas Distribuidoras de Eletricidade do Nordeste (AEDENE). Cujos atos constitutivos foram publicados no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, edição do dia 4 de abril, e no "Diário de Pernambuco" do dia 29 de março do corrente ano.

DIRETORIA

Presidente, general Octaviano Massa; vice-presidente, bacharel Waldir Xavier de Lima; secretário, engenheiro José Ribeiro Marques de Almeida, tesoureiro, bacharel Osvaldo Simões Braga.

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos: bacharel Nicodemus Lopes Ferreira, chefe do Departamento Administrativo da CELPE, engenheiro Walter Santos de Lima e Silva, diretor da SAELPA, e engenheiro Francisco Bastos Cavalcanti, diretor da CENORTE. Suplentes: contadores Valter Gomes de Matos, Cláudio Vilhena de Andrade e Juvancir Torres, os dois primeiros da CELPE e o terceiro do Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco.

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente, general Octaviano Massa, representante da Sociedade Anônima de Eletrofiação da Paraíba (SAELPA). Mempro, engenheiro José Filho do Marques de Almeida, representante da Companhia de Eletrofiação de Pernambuco (CEPE); em pernheiro Rômulo Galvão, representante da Companhia de Serviços Gerais do Rio Grande do Norte (CUSERNE); bacharel Waldir Xavier de Lima, representante da Companhia de Eletrofiação Centro-Norte do Ceará (CENORTE); bacharel Osvaldo Simões Braga, representante da Companhia de Eletrofiação de Alagoas (CEAL).

COLABORAÇÃO ALEVA

Sobre a participação

Escola Industrial recebe máquinas

Procedentes de São Paulo, a Escola Industrial Federal da Paraíba acaba de receber dois conjuntos de máquinas elétricas síncronas e assíncronas, com nove e modernos dispositivos para testes e experimentos no valor de dez milhões de cruzeiros, através de recursos adquiridos por aquela entidade em benefício de ensino.

Heronides Coelho no IHGP

O médico Heronides Coelho Filho será empossado na primeira quinta-feira como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. A solenidade terá lugar na sede da entidade, à rua Barão do Alibi nº 64, às 20h.

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos: bacharel Nicodemus Lopes Ferreira, chefe do Departamento Administrativo da CELPE, engenheiro Walter Santos de Lima e Silva, diretor da SAELPA, e engenheiro Francisco Bastos Cavalcanti, diretor da CENORTE. Suplentes: contadores Valter Gomes de Matos, Cláudio Vilhena de Andrade e Juvancir Torres, os dois primeiros da CELPE e o terceiro do Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco.

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente, general Octaviano Massa, representante da Sociedade Anônima de Eletrofiação da Paraíba (SAELPA). Mempro, engenheiro José Filho do Marques de Almeida, representante da Companhia de Eletrofiação de Pernambuco (CEPE); em pernheiro Rômulo Galvão, representante da Companhia de Serviços Gerais do Rio Grande do Norte (CUSERNE); bacharel Waldir Xavier de Lima, representante da Companhia de Eletrofiação Centro-Norte do Ceará (CENORTE); bacharel Osvaldo Simões Braga, representante da Companhia de Eletrofiação de Alagoas (CEAL).

A UNIAO

DIRETOR: José Marcos de Sousa
SECRETÁRIO: Morais Altimirando
REDATOR-CHEFE: Antônio Barreto Neto
GERENTE: Manoel Costeira Neto

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: Praça João Pessoa, S/N.
TELEFONES: 4211 e 4145
END. TELEGRÁFICO: IMPRENFOR
João Pessoa — Paraíba

A nova Constituição do Estado da Paraíba

§ 50. — Os créditos especiais e extraordinários não poderão ter vigência além do exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro, hipótese em que poderão vigorar até o término do exercício subsequente.

§ 50. — O orçamento consignará dotações plurianuais para a execução dos planos de valorização das regiões menos desenvolvidas, especialmente do Cariri, Sertão e Cabanagem.

Art. 23. — O montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total das receitas estimadas para o mesmo período.

§ 10. — O disposto neste artigo não se aplica às despesas que, nos termos desta Constituição, possam correr à conta de créditos extraordinários.

§ 20. — Juntamente com a proposta do orçamento anual, ou de lei que crie ou aumente despesa, o Governador submeterá à Assembleia as modificações na legislação da receita, necessária para que o total da despesa autorizada não exceda à receita.

§ 30. — Sempre que, no curso do exercício financeiro a execução orçamentária demonstrar a probabilidade de déficit superior a dez por cento do total da receita estimada, o Governador deverá propor à Assembleia Legislativa as medidas necessárias para restabelecer o equilíbrio orçamentário.

§ 40. — A despesa de pessoal não poderá exceder da cinquenta por cento das receitas correntes.

Art. 39. — O projeto de lei orçamentária anual será enviado pelo Governador à Assembleia até o dia 30 de setembro de cada ano. Se, dentro do dois meses, a contar do seu recebimento, a Assembleia não o devolver para sanção, será promulgado como lei.

§ 10. — Não serão objeto de deliberação emendas de natureza suplementar da despesa global ou de cada órgão projeto ou programa, ou as que visem a modificar o seu montante, natureza e objetivo.

§ 20. — Os projetos de lei referidos neste artigo somente sofrerão emendas nas comissões da Assembleia. Será final e pronunciamento das comissões sobre emendas, salvo se um terço dos membros da Assembleia pedir ao Presidente a solução em plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada nas comissões.

Art. 40. — Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária as regras constitucionais da elaboração legislativa.

Art. 41. — As operações de crédito para antecipação da receita autorizada no orçamento anual não poderão exceder à quarta parte da receita total estimada para o exercício financeiro.

Parágrafo único. — A lei que autorizar operação de crédito, a ser liquidada em exercício financeiro subsequente, fixará desde logo as dotações a serem incluídas no orçamento anual, para os respectivos serviços de juros, amortização e resgate.

Art. 42. — O numerário correspondente às dotações constantes dos subanexos orçamentários da Assembleia Legislativa e dos Tribunais Estaduais, exceto pessoal, será entregue no início de cada trimestre, em cotas correspondentes a três duodécimos.

Parágrafo único. — Os créditos adicionais autorizados por lei em favor dos órgãos aludidos neste artigo, terão o mesmo processamento, devendo a entrega dos recursos efetivar-se, no máximo, quinze dias após a sanção ou promulgação.

SEÇÃO VI

Da Fiscalização Financeira e Orçamentária

Art. 43. — A fiscalização financeira e orçamentária do Estado será exercida pela Assembleia Legislativa através de controle externo, e dos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituídos por lei.

§ 10. — O controle externo da Assembleia Legislativa far-se-á com o auxílio do Tribunal de Contas e compreenderá a apreciação das contas do Governador do Estado, do desempenho das funções de auditoria financeira orçamentária, e o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 20. — O Tribunal de Contas dará parecer prévio, em sessenta dias, sobre as contas que o Governador do Estado prestará anualmente. Não sendo estas encaminhadas dentro do prazo, o fato será comunicado à Assembleia Legislativa, para os fins de direito, devendo o Tribunal, em qualquer caso, apresentar minucioso relatório do exercício financeiro encerrado.

§ 30. — A auditoria financeira e orçamentária será exercida sobre as contas das unidades administrativas dos três Poderes do Estado, que, nesta base firm, deverão remeter demonstrações contábeis ao Tribunal de Contas, ao qual caberá realizar as inspeções que com ele sejam necessárias.

§ 40. — O fomento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis será baseado em levantamentos contábeis, certificados de auditoria e pronunciamentos das autoridades administrativas, sem prejuízo das inspeções referidas no parágrafo anterior.

§ 50. — As normas de fiscalização financeira e orçamentária estabelecidas nesta Seção aplicar-se-ão às autarquias.

Art. 44. — O Poder Executivo manterá sistema de controle interno, visando a:

- I — Criar condições indispensáveis para eficácia do controle externo e para assegurar regularidade à realização da receita e da despesa;
- II — Acompanhar a execução de programas de trabalho e do orçamento;
- III — Avaliar os resultados alcançados pelos administradores e verificar a execução dos contratos.

Art. 45. — O Tribunal de Contas tem sede na Capital e jurisdição em todo o Estado.

§ 10. — O Tribunal exercerá, no que couber, as atribuições previstas no art. 110 da Constituição do Brasil, e terá quadro próprio para o seu pessoal.

§ 20. — A lei disporá sobre a organização do Tribunal, podendo dividi-lo em câmaras e criar delegações ou órgãos destinados a auxiliá-lo no exercício das suas funções e na descentralização dos seus trabalhos.

§ 30. — Os ministros do Tribunal de Contas em número de sete, serão nomeados pelo Governador do Estado, depois de aprovada a escolha pela Assembleia Legislativa, dentre brasileiros maiores de trinta anos, de idoneidade moral e habidos conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, e serão as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado.

§ 40. — No exercício de suas atribuições de controle da administração financeira e orçamentária, o Tribunal representará ao Poder Executivo e à Assembleia Legislativa sobre irregularidades e abusos por ele verificados.

§ 50. — O Tribunal de Contas, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público ou dos auditores financeiros e orçamentários e demais órgãos auxiliares, se verificar a ilegalidade de sua gestão, incluirá nos seus decretos de contratos, representatórias, reformas e pensões, devendo:

- a) assinar prazo relativo para que o órgão da administração pública adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;
- b) — no caso de não atendimento, sustar a execução do ato, exceto em relação aos contratos;
- c) — na hipótese de contrato, solicitar à Assembleia Legislativa que determine a medida prevista na alínea anterior, ou outras que julgar necessárias ao resguardo dos objetivos legais.

§ 60. — A Assembleia Legislativa deliberará sobre a solicitação de que conta e rubrica C do parágrafo anterior no prazo de trinta dias, findo o qual, sem pronunciamento do Poder Legislativo, será considerada insubsistente a impugnação.

§ 70. — O Governador do Estado poderá ordenar a execução do ato a que se refere a alínea B do parágrafo 50, AD REFERENDUM da Assembleia Legislativa.

§ 80. — O Tribunal de Contas julgará da legalidade das concessões iniciais de aposentadoria, reformas e pensões independentemente de sua decisão as melhorias posteriores.

Art. 46. — Ao Tribunal de Contas compete ainda julgar as contas dos Prefeitos Municipais, na forma que a lei estabelecer.

§ 10. — Não prestadas as contas no prazo fixado em lei, o fato será comunicado ao Governador para o efeito do inciso III, do art. 80.

§ 20. — Se as contas não forem aprovadas o processo será encaminhado ao órgão competente para o julgamento do Pref.

CAPÍTULO IV

Do Poder Executivo

SEÇÃO I

Do Governador e do Vice-Governador

Art. 47. — O Poder Executivo é exercido pelo Governador, com mandato de quatro anos, auxiliado pelos Secretários de Estado.

Art. 48. — São condições de elegibilidade para Governador e Vice-Governador:

- I — ser brasileiro nato;
- II — estar no exercício dos direitos políticos;
- III — ser maior de trinta anos;
- IV — preencher os requisitos exigidos pela legislação federal.

Art. 49. — O Governador ou o Vice-Governador não poderá assumir o cargo se estiver impedido, em razão de não estar no exercício de seus bens, a Mesa da Assembleia Legislativa, no início e no término de seus mandatos.

§ 10. — O Governador e o Vice-Governador prestarão o seguinte compromisso: "Prometo cumprir a Constituição do Brasil e a do Estado, defender-lhe a honra e a integridade, observar as leis, promover o bem-estar do povo e desempenhar o cargo para que fui eleito com dignidade e patriotismo".

§ 20. — A posse de Governador e do vice-Governador realizar-se-á na mesma data da posse do Presidente e do Vice-Presidente da República.

§ 30. — Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Governador ou o Vice-Governador, salvo por motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago pela Assembleia Legislativa.

§ 40. — O Governador e Vice-Governador eleitos deverão fazer declaração de seus bens à Mesa da Assembleia Legislativa, no início e no término de seus mandatos.

Art. 50. — Substituto o Governador, em caso de impedimento, e sucedê-lo, no de vaga o Vice-Governador.

Parágrafo único. — O Vice-Governador considerará-se eleito com o Governador restrito conjuntamente e para igual mandato.

Art. 51. — Em caso de ausência ou impedimento do Governador e do Vice-Governador, serão sucessivamente chamados ao exercício do Poder Executivo o Presidente da Assembleia e o Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 52. — Vagando o cargo de Governador e o Vice-Governador, far-se-á eleição, sessenta dias depois de aberta a última vaga, e os eleitos completarão o período governamental.

§ 10. — Se as vagas ocorrerem na segunda metade do período governamental, o Governador e o Vice-Governador serão eleitos pela Assembleia Legislativa.

SEÇÃO II

Das atribuições do Governador

Art. 53. — Compete ao Governador:

- I — a iniciativa do processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

II — sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

III — vetar projetos de lei;

IV — nomear e exoneração o Secretário de Estado e, com previa aprovação:

a) — da Assembleia, nomear os ministros do Tribunal de Contas e o Prefeito da Capital e dos Municípios considerados em lei estâncias hidro-minerais;

b) — do Presidente da República, nomear os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional;

V — convocar extraordinariamente a Assembleia;

VI — prover os cargos públicos estaduais, na forma desta Constituição e das leis;

VII — decretar e executar intervenção nos municípios;

VIII — solicitar intervenção federal nos termos da Constituição do Brasil;

IX — representar o Estado;

X — contratar empréstimo externo e interno, observado o disposto na Constituição do Brasil e nesta Constituição;

XI — remeter mensagem à Assembleia por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação geral do Estado e sugerindo as providências que julgar convenientes;

XII — enviar à Assembleia, anualmente, dentro de sessenta dias após a abertura da Sessão Legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;

XIII — dispor da Polícia Militar para preenchimento de sua finalidade;

XIV — celebrar acordos e convênios;

XV — prestar à Assembleia as informações que lhe forem solicitadas;

XVI — transferir provisoriamente a sede do Governo, em caso de guerra, rebelião interna ou calamidade pública;

XVII — enviar proposta de Orçamento à Assembleia Legislativa;

XVIII — praticar todos os demais atos necessários à administração e à guarda da Constituição e das leis.

Parágrafo único. — A lei poderá autorizar o Governador a delegar aos Secretários de Estado ou ao Vice-Governador as atribuições mencionadas nos itens IX e XIV.

SEÇÃO II

Da responsabilidade do Governador.

Art. 55. — São crimes de responsabilidade os atos do Governador que atentarem contra a Constituição do Brasil ou do Estado, e especialmente:

- I — a existência da União, do Estado e do Município;
- II — o livre exercício dos poderes constitucionais;
- III — o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV — a segurança do Estado;
- V — a probidade na administração;
- VI — a lei orçamentária;
- VII — o cumprimento das decisões judiciais e das leis.

Art. 56. — O Governador, depois que a Assembleia Legislativa declarar procedente a acusação pelo voto de dois terços dos seus membros, será submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado, nos crimes comuns, ou perante a Assembleia Legislativa, nos de responsabilidade.

§ 10. — Declarada a procedência da acusação o Governador ficará suspenso de suas funções.

§ 20. — Decorrido o prazo de sessenta dias se o julgamento não estiver concluído, o processo será arquivado, nos crimes de responsabilidade, e nos crimes comuns, cessará a suspensão, mais o processo prosseguirá.

SEÇÃO IV

Das Secretarias de Estado

Art. 57. — O Governador é auxiliado por Secretários de Estado livre escolha e exoneração.

Parágrafo único. — São condições essenciais, para a investidura no cargo de Secretário de Estado, ser maior de vinte e um anos e estar no gozo dos direitos políticos.

Art. 58. — Além das atribuições fixadas em lei compete ao Secretário de Estado:

- I — referendar os atos do Governador;
- II — expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;
- III — preparar a proposta de orçamento de sua Secretaria;
- IV — apresentar ao Governador, anualmente, relatório dos serviços a seu cargo.

Art. 59. — Os Secretários, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, serão processados e julgados pelo Tribunal de Justiça e nos conexos com os do Governador, pelos órgãos competentes para o julgamento deste.

§ 10. — São crimes de responsabilidade dos Secretários os descumpridos no artigo 55 e o não comparecimento à Assembleia Legislativa, quando regularmente convocados.

§ 20. — Os Secretários de Estado deverão fazer declaração de seus bens, à Mesa da Assembleia Legislativa, na data da posse e no término do exercício do cargo.

SEÇÃO V

Da Segurança Pública

Art. 60. — A Polícia Militar, considerada força auxiliar e reserva do Exército, instituição permanente do Estado, destina-se à manutenção da ordem e da segurança pública, e será organizada com base na hierarquia e na disciplina, de acordo com a lei.

Parágrafo único. — Como corporação, a Polícia Militar é subordinada diretamente ao Governador do Estado, salvo os casos previstos na Constituição do Brasil.

Art. 61. — As patentes, com as vantagens

ativas e deveses a elas inerentes, são garantidas a todos a sua plenitude aos oficiais da ativa e das reservas.

§ 10. — Os títulos, postos e uniformes militares privativos do militar da ativa e do reformado.

§ 20. — O oficial da Polícia Militar somente poderá ser promovido a patente por sentença condenatória, dada em julgamento, restritiva da liberdade individual, mais de dois anos ou nos casos previstos em lei decorridos indistintamente do oficialato, ou com ele incoerente, por decisão da Justiça Militar do Estado.

§ 30. — O Militar Gaúcho que aceitar cargo público permanente, estranho à sua carreira, não será informado com os direitos e deveres definidos em lei.

§ 40. — O militar da ativa que aceitar cargo público civil temporário, não efetivo, assumido em autarquia, empresa pública ou sociedade econômica mista ficará arreado no respectivo quadro somente poderá ser promovido por antiguidade, enquanto permanecer nesta situação, contanto que o tempo de serviço apenas para efeitos de promoção, reforma. Depois de dois anos de afastamento, esses casos não são reformados.

§ 50. — Enquanto perceber remuneração de cargo temporário, assim como de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, terá direito a férias, de acordo com os vencimentos e vantagens do cargo público assegurado a opção.

§ 60. — Aplicam-se aos militares o disposto no art. 20, e 30, do artigo 67, bem como aos reformados, o previsto no § 30, do art. 64.

§ 70. — A lei estabelecerá os limites de idade, outras condições para a transferência dos militares inatividade.

SEÇÃO VI

Das Funções Públicas

Art. 62. — Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, preenchidos os requisitos que a lei estabelecer.

§ 10. — A nomeação para cargo público requer aprovação prévia em concurso público de provas e de provas e títulos.

§ 20. — Prescinde de concurso a nomeação em cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração e cargos que sejam exceção por motivo de urgência.

Art. 63. — Não se admitirá vinculação ou equiparação de salários, nem efeito de remuneração do pessoal do serviço público.

Art. 64. — É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto:

- I — a de dois cargos de professor;
- II — a de dois cargos de professor com outro técnico ou científico;
- III — a de dois cargos privativos de médico;
- IV — a de dois cargos privativos de médico, observado o disposto no inciso III, quando haja correlação de matérias e compatibilidade de horários.

§ 10. — É proibido de acumulação de cargos públicos e sociedade de economia mista.

§ 20. — É proibido de acumulação proventos não se aplica aos aposentados, quanto a exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou a contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

Art. 65. — São vitalícios os magistrados e os ministros do Tribunal de Contas, e estaduais, após dez anos, os funcionários, quando nomeados por concurso.

§ 10. — Ninguém pode ser efetivado ou admitido em estabilidade como funcionário, se não prestar concurso público.

§ 20. — Extingido o cargo, o funcionário é responsável em disponibilidade remunerada, com encargos integrais, até o seu obrigatório aproveitamento em cargo equivalente.

Art. 66. — O funcionário será aposentado:

- I — por invalidez;
- II — compulsoriamente, aos setenta anos de idade;
- III — voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço.

Parágrafo único. — No caso do item III, o prazo é reduzido a trinta anos para as mulheres.

Art. 67. — Os proventos de aposentadoria serão:

- I — integrais, quando o funcionário:
 - a) contar trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino, ou trinta anos, se do feminino;
 - b) invalidar-se por acidente ocorrido em serviço por moléstia profissional, ou doença grave, contraída ou incurável, especificada em lei;
- II — proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário contar menos de trinta e cinco anos de serviço.

§ 10. — O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e inatividade.

§ 20. — São vedadas, para qualquer fim, a contagem cumulativa de tempo de serviço e a de tempo de serviço em dobro, salvo de licença prêmio não gozada.

§ 30. — Os proventos da inatividade serão reduzidos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

§ 40. — Reservado o disposto no parágrafo anterior, em nenhum caso os proventos da inatividade poderão exceder à remuneração percebida na atividade.

Art. 68. — Enquanto durar o mandato, o funcionário público escolhido para cargo eletivo federal ou estadual, não poderá ser afastado do cargo e não poderá ser promovido, contanto que o tempo de serviço apenas para essa promoção e para a aposentadoria.

Art. 69. — A demissão somente será aplicada ao funcionário:

- I — vitalício, em virtude de sentença judicial;
- II — estadual, na hipótese de número anterior, mediante processo administrativo, em que:

Parágrafo único. — Invalidez por sentença. Concluída em 5/11/67.

A nova Constituição do Estado da Paraíba

de assegurar ampla defesa.

missão do funcionário, será ele reintegrado, e, se a culpa lhe couber, o lugar será e o ordenado, ou se culpado outro cargo, a este será reconduzido sem direito a indenização.

Art. 70 — Aplica-se a legislação trabalhista aos servidores admitidos temporariamente para obras ou contratos para funções de natureza técnica ou especializada.

Art. 71 — As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus funcionários, nessa qualidade, causarem a terceiros.

Parágrafo único — Caberá ação regressiva contra o funcionário responsável, nos casos de culpa ou dolo.

Art. 72 — Aplica-se aos funcionários dos poderes Legislativo e Judiciário o disposto nesta seção, inclusive no que couber, os sistemas de classificação e níveis de vencimentos dos cargos do serviço civil do Poder Executivo, ficando lhes outrossim vedada a vinculação ou equiparação de qualquer natureza para efeito de remuneração do pessoal do serviço público.

§ 1.º — Os Tribunais estaduais, assim como a Assembléia Legislativa e as Câmaras Municipais, somente poderão admitir servidores mediante concurso público de provas, ou provas e títulos, e após a criação dos cargos respectivos, através de lei ou resolução aprovadas pela maioria absoluta dos membros das casas legislativas competentes.

§ 2.º — As leis ou resoluções a que se refere o parágrafo anterior serão votadas em dois turnos, em intervalo mínimo de quarenta e oito horas entre eles.

CAPÍTULO V

Do Poder Judiciário

Seção I

Disposições Gerais

Art. 73 — São órgãos do Poder Judiciário:

- I — o Tribunal de Justiça;
- II — os Juizes de Direito;
- III — o Tribunal do Júri;
- IV — a Justiça Militar;

V — outros Juizes e Tribunais instituídos por lei.

Art. 74 — A Justiça do Estado será organizada em lei, assegurados os direitos e garantias da Constituição do Brasil.

Parágrafo único — O Juiz é obrigado a residir na Comarca.

Seção II

Do Tribunal de Justiça e dos Juizes de Direito.

Art. 75 — O Tribunal de Justiça tem sede na Capital e jurisdição em todo o Estado, compete se o cinco Desembargadores. A alteração desse número dependerá de proposta do Tribunal. (art. 136, § 6.º da Constituição do Brasil).

Art. 76 — Os cargos de Desembargadores e Juiz de Direito serão providos por ato do Governador do Estado.

Seção III

Dos Órgãos de Cooperação com o Poder Judiciário

Art. 77 — São órgãos de cooperação com o Poder Judiciário:

- I — o Ministério Público;
- II — a Procuradoria Geral da Fazenda.

Art. 78 — A lei organizará o Ministério Público e a Procuradoria Geral da Fazenda e fixará suas atribuições de acordo com as normas desta Constituição e da Constituição do Brasil.

Art. 79 — O Ministério Público se compõe de um Procurador Geral do Estado, de Sub-Procuradores em número igual ao de Câmaras do Tribunal de Justiça, de Promotores Públicos e Advogados de Ofício, cujos números serão estabelecidos em lei.

Parágrafo único — Aos membros do Ministério Público é obrigatória a residência na Comarca onde lhes é vedado o exercício da advocacia.

Art. 80 — O Procurador Geral do Estado é o Chefe do Ministério Público e será nomeado livremente pelo Governador, dentre brasileiros graduados em Direito, de notório merecimento e reputação ilibada com seis anos, no mínimo, de prática forense.

Art. 81 — A Procuradoria Geral da Fazenda se compõe de um Procurador Geral da Fazenda, um Procurador Fiscal, um Procurador do Domínio do Estado, e de Sub-Procuradores Fiscais, Procuradores e Sub-Procuradores de Secretarias de Estado, cujo número será fixado em lei.

Art. 82 — O Procurador Geral da Fazenda é o Chefe da Procuradoria Geral da Fazenda e será nomeado pelo Governador dentre graduados em Direito, com os mesmos requisitos exigidos para a nomeação do Chefe do Ministério Público.

Art. 83 — O Procurador Geral do Estado e o Procurador Geral da Fazenda são demissíveis (ad nutum).

Art. 84 — Existirá também um Conselho do Ministério Público, composto de Procurador Geral do Estado, que é seu Presidente, do Procurador Geral da Fazenda, do Presidente da Ordem dos Advogados, Seção da Paraíba, do Sub-Procurador do Estado mais antigo no cargo e do Presidente da Associação do Ministério Público.

Art. 85 — Compete ao Conselho do Ministério Público:

- I — organizar e julgar os concursos para ingresso nos carreiros do Ministério Público e da Procuradoria Geral da Fazenda;
- II — proceder às indicações para promoção;
- III — aplicar penas disciplinares;
- IV — elaborar seu regimento interno;
- V — exercer as demais atribuições e abelécias em lei.

Art. 86 — O Estado será representado em Juízo pelo Procurador Geral da Fazenda, que poderá cometer este encargo ao Procurador Fiscal, ao Procurador do Estado, ou a Sub-Procuradores Fiscais, ao Procurador e Sub-Procurador de Secretarias de Estado e aos Promotores Públicos.

TÍTULO II

DOS MUNICÍPIOS

CAPÍTULO I

Da Organização Municipal

Art. 87 — O território do Estado é dividido em municípios podendo a lei subdividi-los em distritos.

Art. 88 — Os municípios serão organizados em lei complementar, de forma que lhes fique assegurada a autonomia em tudo que respeite ao seu peculiar interesse, observadas as normas estabelecidas na Constituição do Brasil.

Art. 89 — A administração do município é exercida pela Câmara de Vereadores e Prefeito Municipal.

Parágrafo único — Os prefeitos e os vereadores tomam posse no dia trinta e um do janeiro seguinte à eleição.

Art. 90 — A intervenção nos municípios será de criação pelo Governador nos seguintes casos:

- I — quando se verificar impropriedade no pagamento de empréstimo garantido pelo Estado;
- II — se deixarem de pagar, por dois anos consecutivos, dívida fundada;
- III — quando a administração municipal não prestar contas a que esteja obrigada, na forma da lei.

Art. 91 — O decreto de intervenção, que será submetido à Assembléia dentro de cinco dias, após a publicação.

I — a sua amplitude, duração e condições de execução;

II — a nomeação do interventor.

§ 1.º — Caso não esteja funcionando, a Assembléia Legislativa será convocada extraordinariamente, dentro do mesmo prazo de cinco dias, para aprovar o ato do Governador.

§ 2.º — Cessados os motivos que houverem determinado a intervenção, voltarão aos seus cargos, salvo impedimento legal, as autoridades deles afastadas.

Art. 92 — Os municípios poderão celebrar convênios para a realização de obras ou exploração de serviços públicos de interesse comum, cuja execução ficará dependente de aprovação das respectivas Câmaras de Vereadores.

Art. 93 — Os vereadores terão remuneração os vereadores da Capital e dos municípios de população superior a cem mil habitantes, nos termos da Constituição do Brasil.

Art. 94 — São da competência dos municípios os tributos que lhes estão destinados na Constituição do Brasil.

Art. 95 — Os municípios da mesma região poderão agrupar-se para a instalação, exploração e administração de serviços comuns.

Art. 96 — A lei poderá criar um órgão de assistência técnica aos municípios.

CAPÍTULO II

Das Câmaras de Vereadores

Art. 97 — As Câmaras de Vereadores exercerão funções legislativas, com todas as atribuições que a lei especificar, devendo reunir-se, na sede do município, ordinariamente, duas vezes por ano, ou extraordinariamente por convocação do Prefeito, ou dos terços de seus membros, sempre que o interesse público o exigir.

Art. 98 — São condições de elegibilidade para Vereador: ser maior de vinte e um anos; estar em gozo dos direitos políticos, e satisfazer outros requisitos da legislação federal.

Art. 99 — O número de Vereadores será fixado em lei, de acordo com a população de cada município, não podendo ser inferior a sete, nem superior a quinze.

Art. 100 — Cabe a qualquer membro das Câmaras de Vereadores a iniciativa de lei ou resolução, salvo as organogramáticas e as que aumentem vencimentos, ou criem cargos em serviços existentes.

Art. 101 — Os Vereadores serão eleitos pelo prazo de quatro anos.

CAPÍTULO III

Dos Prefeitos

Art. 102 — O Prefeito é o Chefe do Executivo Municipal e será eleito com o Vice-Prefeito para mandato de quatro anos.

Art. 103 — São requisitos para o exercício do cargo de Prefeito e Vice-Prefeito:

- I — ser maior de vinte e um anos;
- II — estar em gozo dos direitos políticos;
- III — preencher os requisitos da legislação federal.

Art. 104 — Substitui o Prefeito em caso de impedimento é suceder-lhe no de vaga o Vice-Prefeito e, em seguida, o Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 1.º — Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á a eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga.

§ 2.º — Se as vagas ocorrerem na segunda metade do período, o substituto completará o mandato de seu antecessor.

§ 3.º — No caso do parágrafo anterior, o Presidente da Câmara de Vereadores completará o mandato do Prefeito, ainda que não venha a ser reeleito para o respectivo cargo.

Art. 105 — Compete ao Prefeito, além de outras atribuições que a lei lhe conferir:

- I — sancionar ou vetar os projetos de lei da Câmara de Vereadores e providenciar para que sejam promulgadas, publicadas e cumpridas as leis;
- II — dirigir os negócios da administração municipal;
- III — apresentar, anualmente, à Câmara um relatório de todos os serviços e obras municipais, com as respectivas contas e as sugestões que julgar necessárias;
- IV — convocar, extraordinariamente, a Câmara de Vereadores;
- V — apresentar, anualmente, na segunda reunião da Câmara Municipal, o relatório de todos os serviços e obras municipais, com as respectivas contas e as sugestões que julgar necessárias.

§ 1.º — Convocar, extraordinariamente, a Câmara de Vereadores.

§ 2.º — Apresentar, anualmente, na segunda reunião da Câmara Municipal, o relatório de todos os serviços e obras municipais, com as respectivas contas e as sugestões que julgar necessárias.

VII — tomar a iniciativa das leis que aumentem vencimentos ou criem cargos em serviços existentes;

VIII — enviar ao Tribunal de Contas do Estado, anualmente, no prazo que a lei estabelecer as contas relativas ao exercício anterior.

Art. 106 — O Prefeito terá remuneração fixada pela Câmara de Vereadores, na reunião anterior a cada quadriênio.

Art. 107 — O Prefeito residirá no município, não podendo ausentar-se deste, por mais de quinze dias, sem licença da Câmara.

Art. 108 — Nos crimes de responsabilidades definidos em lei, os Prefeitos serão processados e julgados pela Justiça Comum, independentemente de licença da Câmara de Vereadores ou Assembléia Legislativa.

Art. 109 — A lei poderá estabelecer rito para o processo de perda de mandatos de Prefeitos e Vereadores nos casos definidos na legislação específica.

TÍTULO III

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO UNICO

Dos Direitos e Garantias Individuais

Art. 110 — O Estado assegurará, nos termos da lei, a efetividade dos direitos e garantias individuais expressamente mencionados na Constituição do Brasil, mas também as de qualquer outro decorrentes do regime e dos princípios que ela adota.

TÍTULO IV

DA ORDEM ECONOMICA, EDUCACAO, CULTURAL, SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL

CAPÍTULO I

Da Ordem Econômica e Social

Art. 111 — É dever do Estado, nos limites de sua competência, intervir na ordem econômica, controlando a produção e o consumo, visando a melhoria das condições sociais e o atendimento da liberdade de iniciativa com a defesa e a valorização da pessoa humana.

Art. 112 — Adotará o Estado, mediante acordos ou convênios com entidades oficiais, providências visando a criar ou desenvolver:

- I — assistência sanitária, hospitalar e médica preventiva;
- II — plano de habitação popular;
- III — a indústria, a agricultura e a pecuária;
- IV — eletrificação rural e irrigação;
- V — abastecimento de água e saneamento;
- VI — o cooperativismo;
- VII — a produção dos gêneros de primeira necessidade.

VIII — plano de amparo e assistência à pequena propriedade.

Art. 113 — O Estado incentivará o reflorestamento adotando medidas de estímulo financeiro, técnico e fiscal, organizará parques para conservar a flora e a fauna regionais, podendo vedar a derrubada de matas e margens de fontes e estradas, nas nascentes de rios, obrigando-se ainda a manter em suas propriedades as áreas florestais.

Art. 114 — O Estado promoverá a fixação do homem no campo, organizando, em convênio com a União e as regiões regionais, planos de aproveitamento e colonização, doação e venda de terras devolutas e públicas, respeitada a preferência dos seus moradores.

Art. 115 — O Estado e os municípios reservarão, nos seus orçamentos, verbas destinadas a atender ao serviço de assistência social, na forma que a lei regular.

Art. 116 — Os serviços de assistência mantidos por particulares, terão o amparo do Poder Público, que os fiscalizará.

CAPÍTULO II

Da Educação e Cultura

Art. 117 — Observados os princípios e as normas da Constituição e das leis federais, o sistema do ensino estadual organizar-se-á de modo a atender às exigências do desenvolvimento do país, visando à formação do educando como elemento consciente de sua responsabilidade no progresso e na justiça social.

Art. 118 — O ensino dos diferentes ramos será ministrado através de educadores oficiais, sendo também livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulam.

§ 1.º — O ensino primário, nas escolas públicas, será ministrado a todas as crianças de 6 a 14 anos de idade.

§ 2.º — O Estado auxiliará a iniciativa particular no setor do ensino, mediante concessão de bolsas de estudo aos alunos comprovadamente necessitados.

§ 3.º — A educação dos excepcionais será objeto de especial atenção e amparo do Estado, assegurada ao deficiente a assistência educacional, domiciliar e hospitalar.

Art. 119 — O ensino oficial será gratuito, para todos, nos estabelecimentos primários, e nos educandários de nível médio para os que provarem falta ou insuficiência de recursos.

Parágrafo único — O Estado, sempre que possível, substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo.

Art. 120 — O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais do grau primário e médio.

Art. 121 — As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter, em colaboração com o Estado, pela forma que a lei estabelecer, o ensino primário gratuito de seus empregados e dos filhos destes.

Parágrafo único — As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a ministrar, em cooperação com o Estado, aprendizagem técnica aos seus trabalhadores menores, dentro das normas estabelecidas por lei.

Art. 122 — O Estado incentivará o ensino primário aos adultos e adolescentes, nas cidades e nos seus campos, de forma a assegurar uma política de alta

betação obrigatória.

Art. 123 — O Estado estimulará as atividades culturais através do desenvolvimento da Ciência, das Letras e das Artes, livremente exercidas.

Art. 124 — O Estado velará pela conservação dos documentos, obras e locais de valor histórico ou artístico, bem como pelos monumentos, paisagens naturais e jardins arqueológicos.

Parágrafo único — É vedada a documentação de prédios públicos, vias e logradouros, com os nomes de pessoas vivas.

CAPÍTULO III

Da Saúde e do Bem-Estar Social

Art. 125 — O Estado atuará pela saúde e temer da população, incumbindo-lhe:

I — promover assistência médica através de equipes e serviços estacionais ou de incentivo à iniciativa particular, a qual será gratuita para os que não puderem pagar-lhe;

II — prestar serviços de saúde pública, bem como incentivar de iniciativa particular que, direta ou indiretamente, lhe ajudem ou complementem as atividades;

III — promover o preparo e aperfeiçoamento do pessoal especializado em pesquisa e educação sanitária, assistência à maternidade e infância, e higiene mental;

IV — fiscalizar as instituições particulares que de qualquer forma tratam de problemas de saúde;

V — promover a formação da consciência sanitária, desde a escola elementar;

VI — assegurar a cristianização do ensino do higiene, nos estabelecimentos de assistência médica social.

Art. 126 — O Estado combaterá a miséria; compreenderá como privação do mínimo necessário à habitação, higiene, instrução primária e profissional e à subsistência.

TÍTULO V

CAPÍTULO UNICO

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 127 — Fica assegurada a vitalidade aos professores catedráticos habilitados para o magistério e titulares de cargo de Justiça nomeados até a vigência desta Constituição.

§ 1.º O servidor que já tiver satisfeito, ou vier satisfazer, dentro de um ano, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos da legislação vigente na data desta Constituição, apresentará-se com os direitos e vantagens previstos nessa legislação.

§ 2.º — São estáveis os atuais servidores do Estado e dos municípios, e das respectivas autarquias, que, à data da promulgação da Constituição do Brasil, contem pelo menos cinco anos de serviço público.

Art. 128 — Ao ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante do Brasil, em serviço ativo, no momento da promulgação da Constituição do Brasil, serão assegurados os seguintes direitos:

- I — estabilidade, se funcionário público;
- II — aproveitamento no serviço público, independentemente de concurso;
- III — aposentadoria com proventos integrais na vida e cinco anos de serviço efetivo, se funcionário público da administração centralizada ou autônoma;
- IV — promoção, após interstício legal e se houver vaga;
- V — assistência médica, hospitalar e educacional, se carente de recursos.

Art. 129 — O Estado e os municípios estabelecerão plano gradativo de redução da despesa de pessoal, prevista no art. 68, § 4.º, da Constituição do Brasil, e § 4.º do art. 38 desta Constituição, o que deverá efetivar-se até 31 de dezembro de 1970.

Art. 130 — A Assembléia Legislativa elegerá o Vice-Governador do Estado, após sessenta dias contados da data desta Constituição, pela maioria absoluta de seus membros, em sessão pública convocada com antecedência de trinta dias e votação nominal.

§ 1.º — Se não for obtido "quorum" na primeira votação, outra realizará-se no mesmo dia, sendo o candidato eleito por maioria simples.

§ 2.º — O candidato a Vice-Governador deverá ser escolhido em convenção do Partido a que for filiado o Governador e registrado pelo seu Presidente perante a Mesa da Assembléia Legislativa, até dez e cinco dias, respectivamente, antes da eleição.

Art. 131 — Os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em quinze de novembro de 1968 terão os respectivos mandatos extintos com a posse dos eleitos para os mesmos cargos a quinze de novembro de 1972.

Parágrafo único — Os sucessores dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores cujos mandatos expirarem até janeiro de 1970 serão eleitos a quinze de novembro de 1968.

Art. 132 — Será mantido o número atual de deputados até que o aumento da população do Estado autorize sua alteração, nos termos do § 1.º do art. 70.

Art. 133 — Ficará extinto, à proporção que vagarem, os atuais cargos de Promotores Auxiliares da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 134 — Esta Constituição será promulgada pela Mesa da Assembléia Legislativa, e entrará em vigor na data de sua publicação.

Prço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba em João Pessoa, 12 de Maio de 1967, 79, da Proclamação da República.

Clóvis Bezerra Cavalcanti — PRESIDENTE
José Lacerda Neto — 1.º VICE-PRESIDENTE
Aguinaldo Veloso Borges — 2.º VICE-PRESIDENTE

Francisco Souto Neto — 1.º SECRETÁRIO
Nivaldo de Farias Brito — 2.º SECRETÁRIO
João Batista de Lima Brandão — 3.º SECRETÁRIO
José Pereira da Costa — 4.º SECRETÁRIO

Universidade Federal da Paraíba

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

FACULDADE DE MEDICINA

EDITAL

Pelo presente Edital, ficam convidados os candidatos abaixo relacionados...

As aulas, para os excedentes de que trata este Edital, terão início no dia 1.º de junho deste ano.

- Marcos Antônio da Costa Diniz; Galdino José Sidiônio Formiga; Maria de Jesus Marinho Bezerra; Leônia Edna Monteiro; Leonor Costa de Oliveira; Adauto Balbino da Silva; Sônia Montenegro; Rubens Porfírio de Castro Araújo; Ana Maria de Pompéia Figueiredo Fernandes; Maria do Socorro Vieira de Souza; João Francisco da Silva; Maria Amélia Tavares Aguiar; Clayton Cláudio Oliveira; Francisco de Assis Alves de Paula; Verônica Maria dos Santos; João Inácio de Oliveira Filho; Zélia Viana Martins de Oliveira; Orlando Bezerra Monteiro; Raimundo Nonato Pinto; João dos Reis Oliveira; Maria de Lourdes Madruga; José Milton Fernandes Duarte; Hermanno Alves de Araújo; Marcus Antônio Bezerra de Faria; Maria do Socorro Muniz Castro; Antônio José de Castro Neto; Roberto Franklin Lemos Guimarães; Guilherme Travassos Sarinho; Oélia Maria Dantas de Moraes; Gislina Lígia Duarte Pinheiro; Maria Mônica de Araújo Raposo; Antônio José Jacome de Brito; Maria Lúcia de Oliveira; Djalma Marinho; Clélia Lúcia Ramos Lemos; Zilene Soares Falcão; Luiz Emanuel de Assis; Maria Aparecida Pinto da Costa; Ednalva Pereira de Lima; José Hermoso Gomes Viegas; Valdeci Alves da Móbrega; Edmarcelino Araújo; José Nicolau Pereira; Emília Maria Bezerra Castro; Francisca Barros de Souza; João Camargo de Moura; Maria Helena de Araújo Alves; Francisco Zilber Lima Cavalcanti; Rosa Virgínia Toscano da Silva; Leimar Alves Silva; João Pessoa de Sousa; José Francisco de Sousa; Francisco de Amorim; Dingura Ribeiro Pessoa; Maria Helena Nogueira de Sousa; Antônio Coloco de Medeiros; Denize Maria Farias Dantas; Elvira Viana da Silva S. Menezes Maciel; Edmarcelino; Maria Dalva de Oliveira; Carlos de Figueiredo Bastos; Maria da Penha Machado; Daltir Siqueira Nogueira; Iracema Bernardina de Sena; Valdemir Campos Rodrigues; Maria do Socorro Marciano; Aldemirando Grizi; Severino Batista de Carvalho; Maria Helena Gonçalves Maia; Darcí Gomes Pinto; Marinilda Alves Ferreira; João Máximo Malheiros Falciano; José Tarcísio Caldas de Vasconcelos; Helmo Lima da Silva; Antônio Pereira da Silva; Nancy da Oliveira Viana; Manoel Ferreira da Silva; Manoel Beltrão; Beneditino; Elmarir Pires de Sousa; Ronaldo de Assis Escócola; Ovílio Pires de Almeida; Francisca Estrela Dantas; Mônica Marciano Soares; Lourdes Carli de Nêrimentim; Manoel Barbosa Leite; Maria Rosalice Tejo Di Dora; Vilma de Lencastre; Carlos Guedes; Francisco José Gomes Mindello; José da Silva Neto.

João Pessoa, 11 de maio de 1967.

LAURO DOS GUIMARÃES WANDERLEY Diretor

DETE

De acordo com o art. 103 da lei 5.108/66 (Código Nacional de Trânsito), os responsáveis pelos veículos abaixo relacionados...

Outrossim, as multas não pagas dentro do prazo a cobrar da presente publicação...

Os Veículos notificados entre 06 a 09 de maio de 1967, são os seguintes:

- AVANÇO DE SINAL: (17277 — 16307 — 128 — 15657 — 16973 — 48360 — 13231 — 151 — 900 13574 — 16107 — 12023 — 189 — 13131 — 144 826 — 24000 — 610 — 48075 — 16472 — 9881 — 17208 — 13709 — 1502 — 10171 — 50276 — 43716 — 10661 — 14196 — 43096 — 3886 — 11614 — 48028 — 10605 — 14482 — 40038 — 10105 — 16981 — 19087 — 1937 — 1455 — 101 — 10818 — 22760 — 33033 — 48039 — 15058 — 1250 — 17691 — 9986 — 50373 — 693 — 13 458 — 11779 — 2825 — 17017 — 47156 — 277 — 474 — 180 — 48954 — 10506 — 11976 — 12 182) TRAFEGAR DE CONTRA MÃO: (9355 — 17312 — 2207 — 48655 — 17268 — 17271 — 11568 — 307 — 23118 — 40413 — 1793) ESTAG ONAR EM FILA DUPLA: (3102 — 16648 — 12845 — 8102 — 16854 — 399 — 13000 — 650 — 13822 — 13105 — 8265 — 45427 — 6068 — 7 — 16480 — 10284 — 391 — 1800 — 1912 — 16037 — 12845 — 7568 — 6459) ESTACIONAR EM LUGAR PROIBIDO: (1363 — 16587 — 1865 — 3700) CRUZAR O BALIZAMENTO: (2400) LAMPRETTAS: (212 — 118 — 126 — 17 — 250 2 — 136 — 107 — 157) João Pessoa, 09 de maio de 1967. MANOEL PIO CHAVES Encarregado do Serviço

ENRGEP libera subvenções de entidades paraibanas

Publicamos abaixo uma relação das diversas instituições paraibanas que possuem subvenção extraordinária do Organismo sigla e liberadas através do Escritório de Representação da Paraíba em Brasília.

As entidades beneficiadas devem procurar a agência do Banco do Brasil mais próxima de sua sede e solicitar o recebimento da quantia que foi liberada.

Elis a siglação NCRS

Seminário Menor Diocesano — Cajazeiras 700,00

Associação Paraíba de Imprensa — J. Pessoa 1.000,00

Sociedade de Amparo aos Pobres e Inválidos de São Domingos — Pombal 2.000,00

Maternidade Francisco Martins — Alagoas 1.000,00

Artisanato D. Adauto — Areia 700,00

Sociedade de Amparo aos Pobres e Inválidos de São Domingos — Pombal 2.000,00

Maternidade Francisco Martins — Alagoas 1.000,00

Artisanato D. Adauto — Areia 700,00

Sociedade de Amparo aos Pobres e Inválidos de São Domingos — Pombal 2.000,00

Maternidade Francisco Martins — Alagoas 1.000,00

Artisanato D. Adauto — Areia 700,00

Sociedade de Amparo aos Pobres e Inválidos de São Domingos — Pombal 2.000,00

Maternidade Francisco Martins — Alagoas 1.000,00

Artisanato D. Adauto — Areia 700,00

Sociedade de Amparo aos Pobres e Inválidos de São Domingos — Pombal 2.000,00

Maternidade Francisco Martins — Alagoas 1.000,00

Artisanato D. Adauto — Areia 700,00

Sociedade de Amparo aos Pobres e Inválidos de São Domingos — Pombal 2.000,00

Maternidade Francisco Martins — Alagoas 1.000,00

Artisanato D. Adauto — Areia 700,00

Sociedade de Amparo aos Pobres e Inválidos de São Domingos — Pombal 2.000,00

Maternidade Francisco Martins — Alagoas 1.000,00

Artisanato D. Adauto — Areia 700,00

Sociedade de Amparo aos Pobres e Inválidos de São Domingos — Pombal 2.000,00

Maternidade Francisco Martins — Alagoas 1.000,00

Artisanato D. Adauto — Areia 700,00

João Pessoa Sindicato reune-se sábado

O Sindicato dos Professores do Estado da Paraíba está convocando todos os associados em pleno plenário para o próximo sábado, às 19h, com dois tempos de "curran" ou às 20h, com qualquer sistema, para tratar de assuntos a serem discutidos, entre outros, a manutenção das melhorias adquiridas e a situação da assembleia anterior.

Professor será debatido em Campina

Um debate público sobre a nova Constituição do Estado será realizado no próximo sábado, às 19h, no salão nobre do Sindicato dos Professores do Estado da Paraíba, em Campina Grande. O debate será moderado pelo jornalista Orlando Tejo e terá participação de deputados Sérgio Porto e Orlando Maria Silva, da ALEPA, Raimundo Cláudio Lima e Mário Silveira, do MDB.

O sr. Goergen finalizou agradecendo as palavras de encorajamento e de estímulo da comunidade paraibana quanto ao problema da reanálise do projeto de lei que pretende fazer o possível para estreitar, especialmente, as relações com a Universidade da Paraíba.

LOTERIA DO ESTADO DA PARAIBA

Table with 3 columns: Sorteio (157º Extração - Plano "M"), Prêmio (10, 20, 30, 40, 50), Valor (9050, 3452, 1812, 2471, 2281), NCRS (5.000,00, 500,00, 300,00, 200,00, 100,00)

A próxima extração será realizada no dia 25 de maio às 16 horas

Tribunal Nacional Eleitoral da Pb.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA com o prazo de 10 dias.

De ordem do Excmo. Des. Presidente deste Tribunal, torna público para conhecimento dos interessados que a Secretaria do mesmo Tribunal está recebendo propostas para venda de duzentos e trinta e duas (232) urnas de uso de propriedade do TRE Estado Paraíba, usadas devendo as ofertas serem feitas na base de preço unitário por quilo. Outros informes poderão ser obtidos pelos interessados com o Serviço de Material da Secretaria, anexando-se as referidas urnas no Depósito desta Repartição.

As propostas deverão ser entregues até o dia 25 de maio de 1967, às 10h, no horário das 10h às 12h, dias úteis, sendo que no dia seguinte serão abertas e apreciadas pela Comissão designada pela Secretaria. Os proponentes deverão fazer prova de quitação fiscal com a Fazenda Pública em geral e quitação com o Serviço Eleitoral. O TRE se reserva o direito de recusar qualquer oferta, bem como anular a presente concorrência. Secretaria do Tribunal Nacional Eleitoral da Paraíba, em 11 de maio de 1967. JOSE SIZENANDO PORTO PAIVA Presidente da Comissão de Venda

NOTA

O farmacêutico Ediláudio Luna de Carvalho, Coordenador dos Restaurantes Universitários da UFPA, para quem não parecem dúvidas quanto ao funcionamento normal do setor de sua responsabilidade, leva ao conhecimento geral o seu, de acordo com as instruções dadas para o corrente ano, foram previstas 300 (trezentas) vagas para o H.U. João Pessoa e 150 (cento e cinquenta) para o H.U. Campina Grande.

Em virtude da realização do 20. Vestibular e do pagamento das matrículas de estudantes carentes do benefício, apesar de existirem as vagas existentes, estando recomendando do V.º Professor em exercício, foram incluídos, em caráter excepcional, no H.U. João Pessoa, os estudantes abaixo, cujas matrículas foram encaminhadas até a data prevista:

- FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO: Miguel Romualdo de Macêdo, Maria Híndes de Oliveira, Fernando Martins Nobrega, Manoel de Deus Alves, Francisco Rodrigues de Oliveira, Terlen José Amorim Pessoa, Marcos Torres Cordeiro, Albenor Nunes de Carvalho, Emir Nunes da Silva, Marisardo Bezerra, Altrêdo de Souza Coelho Neto.

FACULDADE DE DIREITO: Acad. Paulo Barbosa de Almeida, José Frazão de Aquino.

FACULDADE DE FILOSOFIA DA UFP: Lúcio Marcos da Costa, Maria de Lourdes Donato, Thelma Rejolina da Silva Cavalcanti, Maria Glória Valões, Avany Oliveira de Freitas, Maria do Socorro Bento Farias, Maria do Socorro Rosas, Maria Clementina de Farias, Genésia Andrade, Enedite Nunes de Almeida, Antomêdio Nunes de Almeida.

FACULDADE DE MEDICINA DA UFP: Acad. Sabino Saraiva Sobrinho, Tito Lívio de Andrade, Mauríglia Pereira Ventura, Gemires Faustino Pereira.

ESCOLA DO SERVIÇO SOCIAL DA UFP: Acad. Vânia Maria Souza Gondim, Maria Helena Nogueira.

FACULDADE DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA DA UFP: Acad. Leonor Costa de Oliveira (excedente), Pedro Carvalho Leite, Geraldo Bezerra da Nobrega, Cândido Moreira Figueiredo, Maria Rosalice Tejo D.P. Face (excedente).

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UFP: Acad. José Aírton Cavalcanti de Moraes, Maria Pereira Dantas, Ana Maria da Silva.

FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA UFP: Acad. Rosalmea Andrade dos Santos.

ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFP: Acad. Fernando Morethson Sampaio.

João Pessoa - Pb. Em 08 de maio de 1967.

EDILÁUDIO LUNA DE CARVALHO Coord. dos H.U. UFPA

Automoveis etc.

VITÓRIA DA SIMCA DO BRASIL NO "II RALY DE CAPITAL - INTERIOR"

A Simca do Brasil, competindo com um Chevrolet Opala (N. 4), sagrou-se vencedora do "II Raly de Capital do Estado" ao interior, prova que se desenvolveu entre as Cidades de São Paulo e São Carlos.

Os condutores (80) saíram de São Paulo às 7h30 e chegaram à sede do Automóvel Clube do Estado. O percurso atingiu as cidades de Juiz de Fora, Americana, Santa Bárbara e Oeste, Araraquara e finalmente São Carlos onde se deu a chegada, às 19h30.

O Simca dirigido por Carlos Calza e José Geronzi Neto, pela regularidade de seu desempenho e pelo perfeito funcionamento do binômio homem-máquina, chegou em 1.º lugar com 67 pontos e perdidos, seguido do Volk n. 55, com 94 pontos e do Kamion n. 2, com 106 pontos perdidos.

AZ DO VOLANTE N.º TELEVISÃO

O famoso az do volante nacional Wilson Filho Junior, vencedor dos primeiros 500 quilômetros da Volta de 1.ª Infância de provas automobilísticas, chegou a produtor e apresentou, por um prêmio de 1 milhão na Pan-América, na de São Paulo, sobre autor bilíngüe.

A nova Constituição do Estado da Paraíba

Publicamos, a seguir, a nova Constituição Estadual, que foi promulgada sexta-feira última, pela Assembléa Legislativa. A continuação de tão importante matéria poderá ser lida, no edição de hoje, às páginas quarta e quinta. A Assembléa Legislativa, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA

TITULO I DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPITULO I Disposições Preliminares

Art. 10. — O Estado da Paraíba, integrado na Federação Brasileira, regressará por esta Constituição e leis que adotar, respeitadas os princípios estabelecidos na Constituição do Brasil, seu território é o da antiga Província, com os limites reconhecidos na legislação em vigor, e sua Capital de João Pessoa.

Art. 20. — Incomensuráveis entre si, os limites dos Estados e Municípios, e os limites das terras devolutas e não incluídas entre os bens da União, e outros, que integrem o seu patrimônio.

Art. 30. — O Estado tem por base o Município autônomo. São poderes do Estado o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos.

§ 10. — É vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições, salvo as exceções previstas nesta Constituição.

§ 20. — Inversão na função de um deles, não poderá o cidadão exercer a do outro.

CAPITULO II Da competência do Estado

Art. 40. — Compete ao Estado, observados os princípios estabelecidos na Constituição do Brasil:

I — declarar a Constituição e as leis pelas quais deva reger-se;

II — prover as necessidades de sua administração;

III — exercer todo e qualquer poder que não lhe for vedado.

Art. 50. — O Estado e os Municípios decretarão e arrecadarão seus tributos, nos limites das respectivas competências, podendo criar incentivos fiscais, nos termos da Constituição do Brasil.

Art. 60. — O Estado, concederá isenções tributárias na forma da Constituição do Brasil.

CAPITULO III Do Poder Legislativo

Seção I Disposições Gerais

Art. 70. — O Poder Legislativo, é exercido pela Assembleia Legislativa, composta de representantes do povo, eleitos por sufrágio universal voto direto e secreto.

§ 10. — O número de deputados será fixado em lei complementar, não excedente de um para cada cem mil habitantes.

§ 20. — A fixação do número de deputados a que se refere o parágrafo anterior não poderá vigorar na mesma legislatura ou na seguinte.

Art. 80. — São condições de elegibilidade para a Assembleia Legislativa:

I — ser brasileiro nato;

II — estar no exercício dos direitos políticos;

III — ser maior de vinte e um anos;

IV — preencher os requisitos da legislação eleitoral.

Art. 90. — Cada legislatura durará quatro anos.

§ 10. O subsídio será dividido em duas partes: uma fixa, que se pagará no decurso do ano e outra variável, correspondente ao comparecimento. O subsídio não poderá exceder de dois terços do atribuído aos deputados federais.

§ 20. — A ajuda de custo decorrente de convocação extraordinária somente será devida uma única vez em cada exercício financeiro.

Art. 13. — Os deputados não poderão:

I — desde a explicação do diploma:

a) afirmar ou manter contrato com pessoa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecerá a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado a entidades referidas na letra anterior;

II — desde a posse:

a) ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo, função ou emprego, que seja demissível AD NUTUM nas entidades referidas na alínea a do item I;

c) exercer outro cargo eletivo, seja federal estadual ou municipal;

d) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea a do item I.

I — que infrinja qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior.

II — cujo procedimento for declarado incompatível com o dever parlamentar;

III — que deixar de comparecer a mais da metade das sessões ordinárias da Assembleia, em cada período de Sessão Legislativa, salvo doença comprovada licença ou missão, autorizada pela Assembleia ou outro motivo relevante previsto no Regimento Interno.

IV — que for privado dos direitos políticos.

§ 10. — Nos casos dos itens I e II a perda do mandato será declarada em votação secreta, por dois terços da Assembleia, mediante provocação de qualquer dos seus membros, da respectiva Mesa ou do partido político.

§ 20. — No caso do item III a perda do mandato poderá verificar-se por provocação de qualquer dos membros da Assembleia, de partido político ou de suplente de partido; e será declarada pela Mesa, assegurada ao deputado plena defesa.

§ 30. — Se ocorrer o caso do item IV a perda será automática e desde logo declarada pela Mesa.

Art. 15. — Não perde o mandato o deputado em visita, na função de Ministro de Estado, Intendente, Secretário de Estado ou Prefeito nomeado.

§ 10. — Nos casos previstos neste artigo, no decorrer de mais de quatro meses ou de vaga, será convocada o respectivo suplente; se não houver suplente, o fato será comunicado ao Tribunal Regional Eleitoral se faltarem mais de nove meses para o término do mandato. O licenciado nos termos deste parágrafo não poderá reassumir o exercício do mandato antes do termino do prazo da licença.

§ 20. — Mediante licença a Assembleia, poderá o deputado desempenhar missões temporárias de caráter diplomático ou cultural.

Art. 18. — O Secretário de Estado é obrigado a comparecer perante a Assembleia Legislativa, ou a qualquer de suas Comissões, quando, convocado para prestar informações acerca de assunto previamente determinado.

§ 10. — A falta do comparecimento sem justificativa importa em crime de responsabilidade.

§ 20. — O Secretário de Estado, a seu pedido, poderá comparecer às Comissões, ou ao plenário da Assembleia, para discutir assunto relacionado com sua Secretaria.

Art. 17. — A Assembleia receberá, em sessão previamente designada, o Governador do Estado, sempre que esse manifestar propósito de expor assunto de interesse público.

Art. 18. — Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Assembleia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros.

Seção II

Das atribuições do Poder Legislativo

Art. 19. — A Assembleia Legislativa, com o auxílio do Governador, caberá dispor, mediante lei, sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente:

I — tributos, arrecadação e fiscalização de rendas;

II — O orçamento, abertura e operações de crédito, e dívida pública;

III — planos e programas estaduais e orçamentos plurianuais;

IV — criação e extinção dos cargos públicos e fixação dos respectivos vencimentos;

V — fixação do estatuto da Polícia Militar;

XIV — prestação de contas dos Prefeitos;

XV — fiscalização de atos dos agentes do Poder Executivo e da administração descentralizada;

XVI — supletivamente, sobre as matérias previstas no § 20. do art. 80. da Constituição do Brasil;

Art. 20. — É da competência exclusiva da Assembleia receber o compromisso do Governador e do Vice-Governador e conhecer do seu pedido de renúncia e, através de Resolução;

I — dispor em Regulamento Interno sobre sua organização, polícia, criação e provimento de cargos, bem como fixar ou aumentar vencimentos do pessoal de sua Secretaria;

II — julgar as contas do Governador ou proceder à sua tomada, quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

III — deliberar sobre veto;

IV — declarar, por dois terços dos seus membros, procedência de acusação contra o Governador ou Secretários de Estado;

V — aprovar, por voto secreto, a indicação de membros do Tribunal de Contas do Estado, do Prefeito da Capital e de Município considerado em lei estância biomunicipal, assim como de outros servidores, quando determinado em lei complementar;

VI — deliberar sobre intervenção nos municípios;

VII — solicitar a intervenção federal na hipótese do inciso IV do artigo 10 da Constituição do Brasil;

VIII — autorizar o Governador:

a) a ausentar-se do país;

b) a ausentar-se do território do Estado por prazo superior a trinta dias;

IX — mudar temporariamente sua sede;

X — indicar delegados para a composição do Colegió Eleitoral que elegerá o Presidente da República;

XI — fixar os subsídios do Governador, Vice-Governador e deputados para a legislatura seguinte;

XII — apreciar a aplicação das verbas destinadas ao Tribunal de Contas.

Parágrafo único — As resoluções da Assembleia serão promulgadas e mandadas publicar pelo seu Presidente.

Art. 21. — Na constituição das comissões, assegurará-se, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participem da Assembleia.

Seção III

Do Processo Legislativo

Art. 22. — O processo legislativo compreende a elaboração de:

I — emenda à Constituição;

II — lei complementar da Constituição;

III — leis ordinárias;

IV — leis delegadas;

V — resoluções.

Art. 23. — A Constituição poderá ser emendada por proposta do Governador ou de um quarto dos membros da Assembleia Legislativa.

Parágrafo único — A Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio em território paraibano.

Art. 24. — A proposta de emenda à Constituição será discutida em reunião da Assembleia Legislativa, ou apresentação, considerando-se aprovada desde que obtenha maioria absoluta dos votos dos deputados, em duas sessões legislativas.

Art. 25. — As emendas à Constituição serão promulgadas pela Mesa da Assembleia com o respectivo número de ordem.

Art. 26. — As leis complementares da Constituição serão votadas por maioria absoluta dos membros da Assembleia, observados os demais termos estabelecidos para votação das leis ordinárias.

Art. 27. — O Governador poderá enviar à Assembleia projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais se assim solicitar, deverão ser apreciados dentro de quarenta e cinco dias, a contar do recebimento.

§ 10. — Esgotado esse prazo, sem que tenha havido deliberação, os projetos serão considerados como aprovados.

§ 20. — Se o Governador considerar urgente a matéria poderá pedir que a apreciação do projeto se faça em quarenta dias.

III — fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar.

§ 10. — Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista:

a) nos projetos oriundos da competência exclusiva do Governador;

b) naqueles relativos à organização dos serviços administrativos da Assembleia e dos Tribunais Estaduais.

§ 20. — É facultado ao Governador propor à Assembleia a retificação dos projetos a que se refere o presente artigo, desde que não concluída sua votação.

Art. 32. — Será tida, como rejeitado o projeto de lei que, embora considerado constitucional, parecer contrário de todas as Comissões a que for distribuído, salvo de um terço dos membros da Assembleia pedir a sua votação no plenário.

Art. 33. — As matérias constantes de projetos de lei rejeitados ou não sancionados somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, por proposta da maioria absoluta dos membros da Assembleia.

Art. 34. — Nos casos do art. 19, a Assembleia enviara o projeto à sanção do Governador.

§ 10. — Se o Governador julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ou contrário ao interesse público, vetá-lo, total ou parcialmente, dentro de dez dias úteis, contados daquele em que o receber, e comunicará, dentro de quarenta e cinco horas, ao Presidente da Assembleia, os motivos de veto. Se a sanção for negada quando estiver em sessão legislativa, o Governador publicará o veto. O veto parcial deve abranger o texto do artigo, parágrafo, inciso, item, número ou alínea.

§ 20. — Decorrido o decênio, o silêncio do Governador importará em sanção.

§ 30. — Comunicado o veto ao Presidente da Assembleia, este a convocará para dele conhecer, considerando-se aprovado o projeto que obtiver, em três dias úteis, o voto de dois terços dos deputados promulgado no Governador.

§ 40. — Considerar-se-á rejeitado o projeto, se a Assembleia não deliberar sobre ele no prazo de cento e vinte dias, observado o disposto no § 10. do art. 27.

§ 50. — Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Governador, nos casos dos parágrafos 20. e 30., o Presidente da Assembleia a promulgará.

Seção IV

Do Orçamento

Art. 35. — A despesa pública obedecerá à lei orçamentária anual, que não conterá dispositivo, exceto o que se refere à fixação da despesa e à previsão da receita. Não se incluem na proibição:

I — a autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação de receita;

II — a aplicação do saldo e o modo de cobrir o déficit, se houver.

Parágrafo único — As despesas de capital obedecerá, ainda a orçamentos plurianuais de investimento, na forma prevista em lei complementar.

Art. 36. — São vedados, nas leis orçamentárias ou na sua execução:

a) o estorno de verbas;

b) a concessão de créditos limitados;

c) a abertura de crédito especial ou suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação da receita correspondente;

d) a realização, por qualquer dos Poderes, de despesas que excedam as verbas votadas pelo Legislativo, salvo as autorizadas em crédito extraordinário.

Parágrafo único. — A abertura de crédito extraordinário somente será admitida em casos de necessidade imprevista decorrente de guerra, calamidade ou calamidade pública.

Art. 37. — O orçamento anual dividirá-se em corrente e de capital e compreenderá obrigatoriamente, as despesas e receitas relativas a todos os Poderes, órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebem subvenções ou transferências à conta do orçamento.

§ 10. — A inclusão no orçamento anual, da despesa e receita dos órgãos da administração indireta, será feita em dotações globais e não lhes prejudicará a autonomia na gestão dos respectivos recursos, nos termos da legislação específica.

§ 20. — A previsão da receita abrangerá todos as rendas e suprimentos de fundos, inclusive o produto de operações de crédito.

§ 30. — Ressalvadas as disposições de leis complementares, nenhum tributo terá a sua arrecadação regulada a determinado órgão, fundo ou despesa. A lei poderá, porém, instituir tributos cuja arrecadação constitua fonte do orçamento de capital, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 40. — Nenhum projeto, programa obra ou despesa, cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, poderá ter verba consignada no orçamento anual, nem ser iniciado ou contratado, sem prévia aprovação no orçamento plurianual de investimento, sem prévia lei que o autorize e fixe o modo de sua execução, que anualmente constará do orçamento ordinário, todo o prazo de sua execução.

Continua na 4a p.